



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

# **A Relação entre Coparentalidade e Stress Parental**

Ana Isabel Mendes Canelas

Orientação | Professora Doutora Constança Biscaia

**Mestrado em Psicologia Clínica**

Área de Especialização | Psicologia Clínica

Dissertação

Évora, 2019

*Esta dissertação inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri*



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

# **A Relação entre Coparentalidade e Stress Parental**

Ana Isabel Mendes Canelas

Orientação | Professora Doutora Constança Biscaia

**Mestrado em Psicologia**

Área de Especialização | Psicologia Clínica

Dissertação

Évora, 2019

*Esta dissertação inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri*



**Constituição de Júri:**

**Arguente:** Professora Doutora Heldemerina Pires

**Presidente:** Professora Doutora Fátima Bernardo

**Orientador:** Professora Doutora Constança Biscaia

## **Agradecimentos**

A realização desta Dissertação de Mestrado simboliza não só a concretização de uma etapa marcante da minha vida académica, como também, na minha formação pessoal. O presente trabalho não teria sido possível sem o apoio incondicional e a enorme dedicação de tantas pessoas, a quem pretendo expressar o meu sincero agradecimento.

Começo por agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Constança Biscaia, por me ter recebido como sua orientanda, pela sua paciência e disponibilidade, eficácia e empenho demonstrados na íntegra, ao longo deste processo de formação.

À minha mãe e ao meu pai, por me transmitirem um apoio incondicional nesta e em todas as etapas da minha vida! Quero agradecer também a todas as pessoas que ocupam um lugar especial no meu coração, pois sempre me demonstraram uma atitude prestável e fizeram com que eu acreditasse nas minhas capacidades, sobretudo nos momentos mais difíceis.

Não menos importantes são as minhas amigas de Évora, as Patrícias e a Helena, a quem agradeço imenso por me proporcionarem motivação e incentivo em concluir esta etapa. De igual forma, quero esboçar um profundo agradecimento a todas as amigas que a Universidade de Évora me deu, em especial, à Rosarinho, pela paciência, compreensão e carinho demonstrados.

Às autoras dos instrumentos aplicados na presente investigação, a Prof. Dra. Maria Teresa Ribeiro, a Prof. Dra. Marta Pedro e a Prof. Dra. Salomé Vieira Santos, pois sem a colaboração e consentimento das mesmas, a realização deste trabalho não seria possível.

Por fim, quero também deixar uma palavra de agradecimento às coordenadoras dos colégios que visitei, mas acima de tudo, a todos os participantes (mães e pais) que colaboraram e contribuíram para que o estudo fosse concretizado com sucesso!

## **A Relação entre Coparentalidade e *Stress* Parental**

### **Resumo**

Na presente investigação desenvolveu-se um estudo exploratório procurando analisar a relação entre a coparentalidade e o stress parental. A amostra é constituída por 284 figuras parentais (151 mães e 133 pais) de bebés com idades compreendidas entre os 2 meses e 3 anos. Foram utilizados três instrumentos de avaliação: um Questionário Sociodemográfico construído propositadamente para esta investigação; o Questionário da Coparentalidade (Pedro e Ribeiro, 2013); o Índice de Stress Parental (Versão-Reduzida) destinado a crianças mais novas (Abidin e Santos, 2014). Os resultados sugerem que existe uma relação bidirecional entre os constructos. As mães reportam maiores níveis de conflito parental e vulnerabilidade emocional (*stress*) perante os desafios da parentalidade, enquanto os pais, mostram maior cooperação e competência parental. A idade dos bebés evidencia uma associação positiva com o conflito interparental, refletindo-se numa disfuncionalidade afetiva com o bebé. Os níveis de escolaridade indicam uma consonância com as preocupações no desempenho parental.

**Palavras-Chave:** Coparentalidade; *Stress* Parental; Transição para a Parentalidade; Recém-Nascidos; Auto-Eficácia Parental

## **The Relationship between Coparenting and Parental Stress**

### **Abstract**

In the present investigation has developed an exploratory study looking to analyze the relationship between the co-parenting and parental stress. The sample consists of 284 parents (151 mothers and 133 fathers) to infants aged between 2 months and 3 years old. Three assessment tools were used: a Demographic Questionnaire purpose build for this research; the Coparenting Questionnaire (Pedro and Ribeiro, 2013), the Parenting Stress Index (Short Form) intended for younger children (Abidin and Santos, 2014). The results suggest that there is a two-way relationship between the constructs. Mothers report higher levels of parental conflict and emotional vulnerability (*stress*) in view of the challenges of parenting, while parents, show greater cooperation and parental competence. The age of the babies shows a positive association with the interparental conflict, reflecting on an affective dysfunction with the baby. Education levels indicate a line with the parental performance concerns.

**Key-Words:** Coparenting; Parental *Stress*; Transition to Parenthood; Newborns; Parental Self-Efficacy

# Índice

Introdução.....	11
<b>Parte I – Revisão Teórica</b>	
1. Coparentalidade	
1.1. Etiologia e Definição .....	15
1.2. Modelos de Concetualização .....	16
2. <i>Stress</i> Parental	
2.1. Definição do Conceito .....	22
2.2. Modelos de Concetualização .....	22
3. Relação entre Coparentalidade e <i>Stress</i> Parental.....	27
<b>Parte II – Estudo Empírico</b>	
4. Objetivos e Hipóteses .....	32
5. Metodologia	
5.1. Caraterização da Amostra.....	33
5.2. Instrumentos	
5.2.1. Questionário Sociodemográfico .....	37
5.2.2 Questionário da Coparentalidade (QC) .....	38
5.2.3. Índice de <i>Stress</i> Parental: Versão Reduzida para Crianças Mais Novas (1 mês – 3 anos).....	40
5.3. Procedimentos de Recolha de Dados.....	42
5.4. Procedimentos de Análise de Dados.....	44
6. Resultados.....	45
7. Discussão de Resultados.....	56
Conclusão .....	63
Referências Bibliográficas.....	66
Anexos.....	74

## Índice de Quadros

<b>Quadro 1.</b> Análise Descritiva do Nível de Escolaridade das Figuras Parentais (Mães e Pais): Frequências e Percentagens .....	35
<b>Quadro 2.</b> Análise Descritiva do Grupo Profissional das Figuras Parentais (Mães e Pais): Frequências e Percentagens .....	36
<b>Quadro 3.</b> Análise Descritiva da Estrutura Familiar - Número de Filhos das Figuras Parentais (Mães e Pais): Frequências, Percentagens, Médias e Desvios-Padrão .....	36
<b>Quadro 4.</b> Análise Descritiva do Sexo dos Bebés: Frequências e Percentagens.....	37
<b>Quadro 5.</b> Análise Descritiva da Idade dos Bebés (em Meses): Frequências, Valores Extremos (Mínimo e Máximo), Médias e Desvios-Padrão .....	37
<b>Quadro 6.</b> Dimensões da Coparentalidade e do <i>Stress</i> Parental – Média, Desvio-Padrão, Mínimo e Máximo .....	46
<b>Quadro 7.</b> Teste da Normalidade .....	46
<b>Quadro 8.</b> Correlações entre a dimensão “Cooperação” e as subescalas “Criança Difícil”, “Dificuldade Parental”, “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” e “Total de <i>Stress</i> ” nas figuras parentais.....	47
<b>Quadro 9.</b> Correlações entre a dimensão “Conflito” e as subescalas “Criança Difícil”, “Dificuldade Parental”, “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” e “Total de <i>Stress</i> ” nas figuras parentais.....	48
<b>Quadro 10.</b> Comparação de médias relativamente à expressão da Coparentalidade em função do sexo dos pais .....	49
<b>Quadro 11.</b> Comparação de médias relativamente à expressão da Coparentalidade em função do sexo dos bebés .....	50
<b>Quadro 12.</b> Correlações entre a Coparentalidade e a idade dos bebés (meses) .....	51
<b>Quadro 13.</b> Comparação de médias relativamente aos níveis de <i>Stress</i> Parental em função do sexo dos pais.....	51



<b>Quadro 14.</b> Comparação de médias relativamente aos níveis de <i>Stress Parental</i> em função da situação profissional das figuras parentais.....	53
<b>Quadro 15.</b> Correlações entre o <i>Stress Parental</i> e a idade das figuras parentais .....	53
<b>Quadro 16.</b> Correlações entre o <i>Stress Parental</i> e o número de filhos das figuras parentais .	54
<b>Quadro 17.</b> Correlações entre o <i>Stress Parental</i> e a idade dos bebés (meses).....	55
<b>Quadro 18.</b> Correlações entre o <i>Stress Parental</i> e o nível de escolaridade das figuras parentais.....	56

## **Índice de Anexos**

**Anexo A** - Pedido de Autorização para aplicação de questionários em Creches e Jardins de Infância

**Anexo B** - Consentimento Informado – Mães e Pais

**Anexo C** - Questionário Sociodemográfico – Mães e Pais

**Anexo D** - Questionário da Coparentalidade – Mães

**Anexo E** - Questionário da Coparentalidade – Pais

**Anexo F** - Índice de Stress Parental (ISP - Versão Reduzida) – Mães e Pais

## Introdução

Ao longo dos últimos anos, a parentalidade tem vindo a assumir novas dinâmicas no que respeita à sua estrutura, conceção e até na forma do seu exercício. Neste sentido, a parentalidade pode ser concetualizada como um “processo maturativo que conduz inevitavelmente à reestruturação psicoafetiva, permitindo a dois adultos tornarem-se pais, isto é, a responderem às necessidades físicas, afetivas e psíquicas do(s) seu(s) filho(s)” (Bayle, 2005, p. 322). Segundo Cowan e Cowan (2012, citados por Figueiredo, Canário, Tendais, Pinto, Kenny e Field, 2018) a transição para a parentalidade, compreendida como uma etapa normativa do ciclo vital, inicia-se ainda durante o período de gravidez, mais concretamente, no planeamento desta, culminando anos após o nascimento do bebé.

Com efeito, especificamente na transição para a parentalidade, os casais procuram adaptar-se à nova realidade como cuidadores do bebé, assim como, na tentativa de conciliar as exigências familiares (e.g., relação com o cônjuge) e responsabilidades da esfera social (e.g., emprego; relação com familiares ou outros significantes, como seja os futuros avós). Concretamente, a parentalidade traduz-se numa mudança da experiência interna e externa do casal, ao que as suas diferenças relacionais se complexificam, afetando a satisfação com o compromisso marital, mas também, o equilíbrio emocional, derivado à exigência das novas responsabilidades parentais (Figueiredo e Conde, 2015; Figueiredo et al., 2018).

Não obstante, as mudanças interpessoais amplificam-se também à relação com o novo filho, um bebé altamente dependente do cuidado dos pais, porém individualizado de si próprios, com necessidades físicas e psicológicas expressas subjetivamente. Tal como é mencionado por Fonseca, Nazaré e Canavarro (2018), este período de transição para a parentalidade, distingue-se pela elevada exigência e *stress* sentidos pelas figuras parentais, justificadas pela ansiedade das representações concebidas e expetativas formuladas acerca do papel contentor e cuidador enquanto mãe/pai. De acordo com a literatura, a instabilidade relacional tende a ser experimentada com mais intensidade nos pais que enfrentam a parentalidade pela primeira vez, comparativamente aos que a vivenciam num segundo momento, explicada sobretudo pela progressiva acomodação ao processo irreversível de se tornarem pais. Na perspectiva de Leal (2005), a responsividade harmoniosa às necessidades primárias, emocionais e materiais (e.g., proporcionar um lar, alimentação ou ainda transmitir carinho) distingue-se claramente pelo desejo em ser-se mãe/pai, genericamente operacionalizado pelo conceber e gerar um filho. Assim, as relações construídas na tríade, procuram estabelecer numa interação próxima, sincronizada e recíproca entre mãe-pai-bebé,

sendo as figuras parentais o objecto contentor que permitirá ao novo ser, desenvolver a sua autonomização.

Mesquita (2013) identifica que a crescente emancipação das mulheres (mães) no mercado de trabalho tem vindo a introduzir alterações no funcionamento da parentalidade. A envolvimento conjunta e partilhada dos pais na interação com o filho, tendo em vista a construção de uma relação próxima e segura entre os três intervenientes, tende a resultar na diminuição de sentimentos de frustração e tensão inerentes à parentalidade, como o *stress* parental. Inevitavelmente, a vivência da parentalidade como um acontecimento angustiante, compromete a inter-atuação dos pais no desempenho das suas funções e responsabilidades. Segundo Leal (2005), esta experiência de *stress* está intrinsecamente ligada à perceção de controlo e à resiliência, pois, no período de transição para a parentalidade, o casal enfrenta adversidades que outrora não estavam impregnados no seu funcionamento, manifestando dificuldade em contornar essas situações. Por isso, a representação dos pais face aos desafios da parentalidade é reajustada progressivamente através de mecanismos mais eficazes para minimizar os efeitos da frustração parental (e.g., tolerância a comportamentos desobedientes), assim como, a tentativa em alcançar a homeostase no sistema familiar.

Tomando como referência a relação coparental no âmbito da transição para a parentalidade, é importante salientarmos a pertinência do suporte e cooperação entre o casal nas tarefas relacionadas com o filho. A coparentalidade está intrinsecamente associada à promoção dos sentimentos de auto-eficácia, que, durante a transição para a parentalidade, se revelam fundamentais para o sucesso do exercício das suas funções como pais, justificadas pelo apoio mútuo entre o casal (Pinto, Figueiredo, Pinheiro e Canário, 2016). A experiência empírica tem vindo a demonstrar que a representação positiva das figuras parentais relativamente à sua competência no papel de cuidadores, reflete-se especialmente na perceção dos pais e no sucesso das práticas da parentalidade.

No cerne deste ponto introdutório, importa ainda realçar dois fenómenos marcantes que têm vindo a influenciar os padrões de funcionamento das famílias atualmente: o primeiro, referente à inclusão dos pais (masculino) na prestação de cuidados e estabelecimento de uma relação de vinculação com o bebé; o segundo, alusivo à rutura conjugal, efeito subsequente à mudança de mentalidade na sociedade e que transpõe novas problemáticas no seio da parentalidade. Como foi mencionado anteriormente, neste trabalho iremos manter o foco nas evoluções da parentalidade, nomeadamente, no papel ativo da figura paterna na construção da relação com o bebé, por contraponto à perspectiva reducionista inicialmente desenvolvida, na qual assentava a primazia da relação diádica

mãe-bebé, marginalizando o elemento paterno nesta interação. Os estudos emergentes, iniciados a partir da emancipação da mulher no contexto profissional, salientam principalmente o comportamento dos pais no exercício da conjugalidade e parentalidade, considerado um elemento preponderante no suporte e cooperação das tarefas afetas ao filho em comum. Além disso, a abordagem do presente estudo, centra-se também nas consequências diretas de um outro fenómeno social emergente, o divórcio parental (Bayle e Martinet, 2008). A separação conjugal remete-nos frequentemente para a noção da exclusão parental, também designada como alienação (triangulação), que se caracteriza pela manipulação da criança face a outro progenitor, com a intenção de denegrir a imagem e o seu papel de pai. Importa elucidar que o estudo da coparentalidade surgiu com base neste último aspeto, constituindo-se uma matéria fulcral para discriminar os comportamentos dos pais em relação ao desempenho das práticas parentais. Neste sentido, a nossa pesquisa pretende aferir as três dimensões da coparentalidade (cooperação, triangulação e conflito), no seio de famílias nucleares, sugerindo que as problemáticas poderão também ocorrer manifestamente em figuras parentais casadas/união de facto. Por sua vez, enquadra-se a temática do *stress* parental, compreendida como uma reação de desgaste emocional que advém de múltiplos indutores, como por exemplo, a ausência de cooperação interparental ou o temperamento emocional dos pais.

Para concluirmos esta nota preliminar, parece-nos também importante, fazer menção à organização estrutural da presente investigação, encontrando-se a mesma dividida em três partes: o enquadramento teórico, o estudo empírico e, finalmente, as principais conclusões do estudo. A parte referente ao enquadramento teórico está organizada em três capítulos, sendo eles, a Coparentalidade, o *Stress* Parental e uma abordagem que retrata a relação entre os constructos. O capítulo da Coparentalidade remete-nos para a definição proposta pelos principais autores que se dedicaram ao conceito, seguindo-se os modelos de concetualização e evidências empíricas com mais ênfase para a nossa pesquisa. Seguidamente, o *Stress* Parental integra subtópicos idênticos aos que foram apresentados para a temática da coparentalidade. A última abordagem, salienta os contributos teóricos e empíricos que emergem da relação entre os dois domínios. Ao termos em conta a componente empírica, podemos estruturá-la em cinco tópicos: primeiramente, são descritos os objetivos e hipóteses orientadoras do estudo; no plano metodológico, insere-se a caracterização da amostra e respetivas estatísticas descritivas, referentes a conteúdos sociodemográficos; a identificação e descrição dos instrumentos utilizados; o procedimento de recolha e tratamento de dados; a apresentação e análise dos resultados obtidos; por último, o trabalho contempla a discussão

dos resultados obtidos. Na última parte, sintetizam-se as conclusões mais relevantes, as limitações do estudo e sugestões de investigações a desenvolver no futuro.

## **Parte I – Revisão Teórica**

### **1. Coparentalidade**

#### **1.1. Etiologia e Definição**

A emergência do presente constructo psicológico denotou-se primordialmente com foco no estudo das relações familiares. Neste sentido, a visão tradicional do tema abordava meramente as práticas parentais face a um contexto de divórcio conjugal, procurando compreender a dimensão deste conflito interparental. Os modelos e fundamentações teóricas da coparentalidade derivam sobretudo da Teoria Estrutural dos Sistemas Familiares, desenvolvida por Salvador Minuchin (1974, citado por Verças, 2012). De acordo com esta perspectiva, a família é compreendida como a principal instância relacional do sujeito, a qual determina, maioritariamente, os seus padrões de funcionamento interno (personalidade), bem como os padrões relacionais noutros sistemas. Este sistema integrado em rede, foca-se na dinâmica relacional entre os elementos da família, permitindo o equilíbrio psicológico dos membros que dela fazem parte, além de ser considerada um preditor do desenvolvimento físico, afetivo e social das crianças. Com efeito, podemos depreender que a coparentalidade se insere no modelo teórico supracitado, na medida em que se considera que uma relação coparental é o resultado “da interação entre dois adultos na condução e satisfação das necessidades das crianças que fazem parte do sistema familiar”. As noções mais atuais acerca da coparentalidade detêm a sua aplicação com maior abrangência, admitindo-a como um constructo universal e independente da estrutura familiar, do funcionamento interno de cada indivíduo e até mesmo das relações diádicas entre pais. Para Schoppe-Sullivan, Frosch, Mangelsdorf e McHale (2004), a coparentalidade deve ser concetualizada como uma abordagem triádica, isto é, incorporando a relação pais-filho, pois apenas é possível compreender o funcionamento do sujeito através da totalidade de interações que decorrem no sistema primordial, a família.

No que respeita à definição de coparentalidade, esta pode ser entendida como a envolvimento recíproca e conjunta de ambas as figuras parentais no desempenho das funções como educadores e cuidadores dos filhos que detêm em comum (Feinberg, 2003; Lamela, Nunes-Costa e Figueiredo, 2010). O presente constructo, incide, assim, nas interações estabelecidas entre os pais, relativamente às suas funções e expetativas na assunção de papéis enquanto figuras parentais. A coparentalidade pressupõe esforços e apoio mútuo de ambos na realização das práticas parentais, dado que as representações e expetativas comportamentais formuladas acerca do cônjuge na relação e cuidados prestados com o filho

são também determinantes para o equilíbrio emocional da família. Sublinhe-se o facto de que a coparentalidade bem-sucedida, conjectura a existência de uma aliança cooperativa e a partilha equitativa de tarefas relativas ao suporte e promoção do desenvolvimento saudável da criança. A aliança coparental, pressupõe, então, a cooperação e partilha de tarefas equitativas entre o casal relativas à prática parental.

Atendendo a outra visão do constructo, McHale (1995) afirma que a coparentalidade se define pelo modo como os pais executam em conjunto e compartilham as funções parentais relativas ao cuidado e educação dos filhos. Neste sentido, para o autor, este conceito desempenha uma função fulcral no contexto familiar, postulada como um subsistema executivo, isto é, a dinâmica que configura no seio deste sistema, influencia o funcionamento interno de cada um dos seus elementos, sobretudo das crianças (Reader, Teti e Cleveland, 2017; Favez, Tissot, Frascarolo, Stiefel, Despland, 2016).

Na visão de Margolin e colegas (Margolin, Gordis e John, 2001) este constructo psicológico é entendido como uma experiência significativa compartilhada entre as figuras parentais, na qual desenvolvem uma relação de envolvimento nos seus papéis e responsabilidades como pais. Esta relação é caracterizada com base na perceção do nível de esforço que a outra figura parental implementa no desempenho das práticas parentais.

## **1.2. Modelos de Concetualização**

O subtópico em questão, pretende abordar os principais modelos concetuais que figuram no estudo da coparentalidade, embora, todos apresentem diversas semelhanças entre si.

A primeira perspetiva teórica a ser definida, concerne ao Modelo Ecológico da Coparentalidade, desenvolvido por Mark Feinberg. De acordo com o autor (Feinberg, 2003; Lamela, Figueiredo, Bastos e Feinberg, 2015), a noção da coparentalidade é concetualizada segundo uma visão multidimensional, estruturada em quatro componentes principais: a congruência relativa a aspetos da educação do filho (níveis de acordo face às práticas mais adequadas a incutir); a partilha equilibrada de tarefas referentes à responsividade das necessidades dos filhos (como a díade parental partilha e consegue coordenar as responsabilidades inerentes ao cuidado da criança); o suporte/descrédibilização (refere-se à validação das competências expressas em relação à outra figura parental, no que concerne a atitudes de respeito e promoção das práticas parentais, funcionando como exemplo, o questionamento sobre assuntos relativos à parentalidade – implementação de rotinas; engloba, também, a exposição do conflito parental ao filho, veiculada através de



comportamentos de hostilidade ou culpabilidade face ao outro progenitor, por exemplo, transmitir à criança que o distanciamento da outra figura parental significa que esta última não sente afeto por ela); gestão conjunta do meio familiar (corresponde ao modo como as figuras parentais regulam os seus papéis e funções noutros subsistemas familiares além da parentalidade, como o vínculo estabelecido com os pais, avós, entre outros; inclui também os comportamentos adotados com os elementos da família, onde se insere a exposição de conflitos intrafamiliares perante a criança).

Tendo em conta outras concetualizações, o constructo pode também ser operacionalizado com base no modelo proposto por McHale, propondo que a coparentalidade é representada por quatro fatores: a integração familiar, a descredibilização, o conflito e a advertência (McHale, Lauretii, Kuersten-Hogan e Rasmussen, 2000). A primeira dimensão concerne a comportamentos de inclusão e envolvimento do outro companheiro na interação, mesmo na presença deste (como exemplo, a mãe transmitir à criança “Convida o pai para ir passear connosco ao parque”). O propósito desta comunicação visa a que a criança represente a família de uma forma integrada, com um simbolismo de coesão e unidade familiar (atividades em conjunto ou na relação dual pai/mãe-filho). Relativamente ao segundo fator, a descredibilização, relaciona-se com o nível de difamação ou desprestígio da postura de um companheiro face ao outro, sendo que estes comportamentos ocorrem na presença do filho. A intenção de denegrir pretende reduzir a autoridade e a credibilidade da outra figura parental, denotando-se que a difamação pode acontecer num contexto explícito, geralmente associado aos procedimentos de educação adotados (e.g., “A tua mãe está sempre a atrapalhar as nossas brincadeiras.”), ou dissimulado, expresso por comentários negativos proferidos a respeito da outra figura parental (e.g., “O teu pai não te deixou jogar? A mãe deixa.”). No que respeita à terceira dimensão, o conflito caracteriza-se unicamente pela sua ocorrência manifesta, isto é, engloba a disputa e discussão entre si sobre quem desempenha as melhores práticas parentais, as quais acontecem também diante da criança. Por último, o quarto fator, está patente quando ambos os pais decidem estabelecer limites, referentes à disciplina e educação da criança, solicitando ao companheiro que imponha mais regras ou até a imposição de regras sugeridas pela unidade parental (e.g. “O pai e a mãe querem que comas tudo para ficares forte e saudável.”).

O terceiro e último modelo concetual a que faremos alusão corresponde às noções teóricas de Margolin et al. (2001), sendo o enquadramento que servirá de base ao estudo da coparentalidade nesta investigação. Os autores postulam que a coparentalidade pode ser

entendida segundo três fatores: o conflito, a cooperação e a triangulação. O conflito aborda a frequência e severidade das discussões e desacordos relativos às práticas do cuidar e das regras a implementar na educação da criança, sendo estes de índole negativa, frequentemente expressos através de hostilidade, raiva ou rejeição na relação coparental. A segunda dimensão, denominada como cooperação, engloba o nível de suporte mútuo e esforço comum na partilha de responsabilidades parentais, bem como, a disponibilidade física e emocional para assegurarem a responsividade das necessidades evidenciadas pela criança. A triangulação, terceiro fator, reflete em que grau, uma das figuras parentais tende a manipular a relação triádica pais-filho, ou seja, opta por aliar-se à criança, cuja coligação assenta na distorção e em denegrir a imagem do outro elemento parental.

De seguida, o foco concentrar-se-á nas pesquisas empíricas desenvolvidas em torno do constructo, por forma a compreender os fatores mais importantes na literatura recente.

Com base no modelo proposto por Feinberg, o paradigma da coparentalidade é atualmente compreendido como um mecanismo essencial ao funcionamento do sistema familiar, bem como, para o bem-estar psicológico dos elementos que o compõem (Lamela et al., 2015). A emergência deste estudo centrou-se sobretudo nas consequências do divórcio parental e nos efeitos que este fenómeno representa para os filhos, denotando-se problemas ao nível de comportamentos de internalização e externalização. Efetivamente, a estrutura da família é irrelevante para que a cooperação e partilha de funções parentais exista, como foi demonstrado neste estudo que englobava pais casados, divorciados e os que nunca viveram maritalmente, tendo a investigação evidenciado que a coparentalidade se assume como uma variável moderadora entre as relações parentais e o equilíbrio psicológico dos filhos. Além disso, esta investigação empírica refere ainda os efeitos de uma má experiência coparental no funcionamento da criança, sublinhando-se: uma influência direta, espelhada no baixo desempenho académico das crianças, devido à falta de coordenação dos pais no auxílio dos trabalhos de casa; o efeito indireto nas crianças, resultante da experiência de conflito dos pais na relação coparental, pode ser traduzido pela sua manifestação de comportamentos de internalização, como sintomas ansiógenos ou depressivos. De facto, em pais que coabitam maritalmente, os comportamentos de internalização e externalização revelam-se como preditores da coparentalidade, nomeadamente, quando os filhos são expostos à descredibilização da outra figura parental.

Por exemplo, como aborda Yárnoz-Yaben (2010), a envolvência de ambas as figuras parentais na vida dos seus filhos aquando a separação conjugal, é um outro contexto estudado ao longo da emergência do fenómeno. Na visão da autora, a custódia partilhada dos

filhos, denota um impacto positivo na coparentalidade e desenvolvimento da criança, comparativamente quando esta vivencia somente com um dos membros, uma vez que, as experiências de cuidado e as interações são mais frequentes com cada um dos pais. Em concomitância, consideraram-se relevantes as representações que uma mãe/pai percebe acerca do seu ex-cônjuge, relativamente ao suporte que irá veicular na educação do filho, as quais parecem exercer efeito no envolvimento e auto-eficácia das práticas parentais.

Num estudo empírico desenvolvido por Cabrera, Shannon e Taillade (2009) é feita alusão aos três níveis que permitem obter uma compreensão ampla deste constructo, sendo eles: os determinantes de ordem individual, como fatores aliados à saúde mental das figuras parentais (e.g., diagnóstico de Depressão); preditores de índole familiar, onde é avaliada a qualidade do relacionamento entre o casal; nos fatores de natureza extrafamiliar, estão englobadas variáveis de suporte social (e.g., apoio dos avós no cuidado das crianças, promovendo a harmonia familiar e regredindo a probabilidade do conflito interparental). De explicitar este último aspeto, na medida em que a representação de competência enquanto pai/mãe é facultada pela cooperação e suporte provenientes de figuras significantes. Os autores frisam, assim, que o modo como a coparentalidade é vivenciada pelos pais (e.g., gestão da família em conjunto, acordo mútuo na forma de educar ou distribuição de tarefas quotidianas aliadas ao suporte da criança, como tarefas escolares) se repercute direta e indiretamente na relação conjugal e no equilíbrio emocional dos filhos.

Mantendo o foco na relação entre o efeito da coparentalidade e o impacto do desenvolvimento psicológico das crianças, a investigação empírica tem consolidado os fatores associados aos comportamentos de internalização e externalização. Segundo Lamela e Figueiredo (2016), os níveis elevados de conflito e baixos índices de cooperação na relação coparental predizem comportamentos de externalização, independentemente da faixa etária que o filho apresente. Contudo, as dificuldades de cooperação interparental (cooperação inconsistente) estão associadas a problemas de internalização, assim como, a défices de atenção, baixo rendimento académico e a uma diminuída qualidade relacional estabelecida individualmente com cada pai.

A qualidade da relação conjugal e a transição para a parentalidade podem igualmente prevalecer como preditores da coparentalidade (Christopher, Umemura, Mann, Jacobvitz, Hazen, 2015). Tomando como referência a abordagem explicitada por McHale, a coparentalidade pode ser entendida através de duas configurações particulares: a primeira, alusiva aos esforços e à envolvimento efetiva do parceiro nas funções parentais (coparentalidade cooperativa); em segunda instância, aliada a uma envolvimento destrutiva,

caracterizada pela competição e interferência nas funções de parentalidade da outra figura paterna (coparentalidade competitiva). Como sabemos, a parentalidade na primeira infância é direcionada ao cuidado seguro e à responsividade de todas as necessidades que o bebê carece, e, neste sentido, a coparentalidade cooperativa assenta na envolvimento conjunta dos pais relativamente às experiências de cuidar, enquanto a competitiva se caracteriza pela evidência de divergências e desigualdade na responsabilidade destas. Os resultados desta investigação demonstraram que existem diferenças de sexo em relação a estes dois preditores da coparentalidade. Ao que se verificou, as figuras paternas tendem a revelar menos satisfação conjugal e maiores níveis de conflito interparental durante o período de transição para a parentalidade, e, à medida que a relação coparental se torna disfuncional, o seu envolvimento na parentalidade diminui progressivamente. Todavia, a coparentalidade disfuncional nas mães é figurada principalmente pela ausência de cooperação e suporte fornecidos ao cônjuge.

De acordo com as pesquisas desenvolvidas nesta temática, a qualidade da relação coparental revela uma estabilidade consistente nos anos após ao nascimento do bebê (Schoppe-Sullivan et al., 2004; Van Egeren e Hawkins, 2004). No mesmo sentido, McDaniel, Teti e Feinberg (2017) afirmam que este período é relativamente extenso, oscilando aproximadamente no intervalo médio de 6 meses. Apesar disto, essa tenacidade de períodos mais ou menos longos, apresenta subjetividade em função do funcionamento familiar, dependendo de fatores como a prestação de cuidados e educação diárias à criança ou outros agentes geradores de *stress* (e.g., trabalho; problemáticas sociais). As investigações propõem igualmente a estabilização da coparentalidade positiva sobretudo nos primeiros três anos de vida da criança (Laxman, Jessee, Mangelsdorf, Rossmiller-Giesing, Brown e Schoppe-Sullivan, 2013). A diminuição do sentimento de suporte é justificada com base na complexificação de necessidades expressas pela criança, ao mesmo tempo em que esta passa a revelar mais autonomia e independência para a satisfação das suas próprias necessidades.

As variáveis sociodemográficas das crianças e a relação coparental têm sido outra matéria investigada nos últimos anos. Teubert e Pinquart (2010), analisaram através de uma meta-análise de estudos, que a experiência da coparentalidade é influenciada, entre outros fatores, pela idade do filho do casal. Os resultados observados, constataam que os níveis de cooperação em pais de crianças com 3 anos de idade estão negativamente correlacionados com a manifestação de comportamentos de externalização durante a infância e adolescência. Neste sentido, as investigações sugerem que os níveis de cooperação revelem uma tendência

relativamente estável ao longo da parentalidade, devido às implicações que poderão assumir no desenvolvimento do filho. As pesquisas empíricas reiteram que, tanto os pais (Martin, Ryan, Riina e Brooks-Gunn, 2015), como as mães (Cooper, Beck, Högnäs e Swanson, 2015) de crianças até aos 5 anos de idade, expressam níveis moderados de cooperação interparental durante esta faixa etária, sugerindo uma tendência decrescente no decurso do desenvolvimento da criança. Assim, podemos concluir que a coparentalidade é representada como um preditor significativo no equilíbrio psicológico da criança.

Ainda tendo em conta as variáveis sociodemográficas relativas aos bebés, Cooper et al. (2015), acrescentam que existem diferenças significativas entre os níveis de coparentalidade experienciados e o sexo do bebé. Através desta investigação, as autoras verificaram que as figuras maternas reportam índices de coparentalidade mais baixos quando os bebés são do sexo masculino, comparativamente, às mães com bebés do sexo feminino. Aparentemente, estas conclusões podem dever-se a questões ligadas ao acesso à educação, pois os sujeitos do sexo masculino exibem um desempenho menos positivo no ensino secundário e uma baixa adesão ao ensino superior. Em virtude desta fundamentação, sugerem a maior ansiedade e inquietação das mães relativamente aos objetivos académicos que os filhos do sexo masculino possam vir a alcançar.

As representações da coparentalidade no período pré e pós-natal têm sido também exploradas neste constructo. De acordo com a literatura, as representações pré-natais são preditores da dinâmica coparental após o nascimento do bebé (Darwiche, Fivaz-Depeursinge e Corboz-Warnery, 2016). Segundo as conclusões extraídas neste estudo, uma perceção positiva sobre a aliança coparental no momento pré-natal (e.g., envolvência em actividades ligadas à parentalidade, como por exemplo, o acompanhamento sistemático da gravidez) funciona como um excelente preditor da coparentalidade, sobretudo, no que concerne à relação triádica desenvolvida nos primeiros meses de vida do bebé. Nesta índole, os comportamentos demonstrados pelas figuras parentais, denotam-se pelo seguinte reportório de interações afetivas com o bebé: o estabelecimento de uma relação visual com este; uma comunicação verbal veiculada através um tom de voz meigo e carinhoso; o sorriso, garante de segurança para o bebé. Todas os elementos anteriormente mencionados, contribuem para a promoção do bem-estar e desenvolvimento íntegro da criança.

Por fim, pode ser considerado outro elemento que exerce efeito na coparentalidade, a representação postulada acerca da outra figura parental, nomeadamente, afeta à execução de práticas específicas que envolvam o zelo para com o filho (e.g., amparar o bebé/criança quando chora de noite). A congruência interparental face às representações que esboçam na

partilha de tarefas e a sua efetiva correspondência na colaboração destas, constitui-se como um preditor da coparentalidade (Reader, Teti e Cleveland, 2017). Acrescente-se a pertinência da variável “género” neste estudo, dado que, perante a incongruência da representação das mães, relativamente ao desempenho do papel parental pelas figuras masculinas (pais), a sua predisposição para fomentar a coparentalidade diminui visivelmente, explicada pelo sentimento de abandono e angústia aliada à falta de apoio do cônjuge.

## **2. Stress Parental**

### **2.1. Definição do Conceito**

No âmbito deste constructo, é de destacar a abordagem proposta por Abidin, sugerindo que o *stress* parental resulta do défice entre os recursos disponíveis e a perceção das responsabilidades parentais para corresponder às exigências enquanto pais (Abidin, 1995).

A definição do conceito é também desenvolvida por Berry e Jones (1995), apresentando diversas semelhanças com a primeira base teórica enunciada. Segundo a perspetiva destes autores, o *stress* parental pode ser entendido como um desequilíbrio emocional, motivado por uma perceção pessoal altamente fragilizada acerca do seu papel enquanto figura parental que se traduz na dificuldade para lidar e assumir adequadamente a responsabilidade das práticas parentais.

Os desenvolvimentos teóricos relativos ao *stress* parental fomentaram noções complementares aos contributos anteriormente referidos. Na visão de Deater-Deckard, o constructo é definido como uma “reação psicológica de cariz aversivo, resultante da experiência parental” (1998, p. 248). O autor consolida esta abordagem, ao explicitar que a mesma se caracteriza pela manifestação de sentimentos negativos, experienciados pelos pais, bem como, pela criança. De referir que, este conjunto de reações aversivas tem como atribuição causal, as exigências e responsabilidades no exercício da parentalidade.

### **2.2. Modelos de Concetualização**

Na literatura têm sido descritos vários modelos teóricos que pretendem explicar os mecanismos subjacentes do *stress* parental. Embora cada um deles apresente contributos fundamentais à compreensão do conceito, a generalidade postula uma dinâmica multifatorial para determinar o modo como as exigências da parentalidade são experienciadas pelos pais.

Num primeiro momento, tomamos como referência o modelo que fundamenta a perspectiva teórica de Abidin (Hildingsson e Thomas, 2014). De facto, o autor propõe que a vulnerabilidade dos pais para encontrar mecanismos adaptativos a esta nova etapa, poderá ter como causas o temperamento emocional ou comportamento instável do bebé/criança, expressas ao nível das irregularidades do sono ou da alimentação. Ainda nesta linha de pensamento, consideram-se como fatores de risco a estados mais elevados de *stress* parental, a fragilidade dos recursos económicos, bem como, a vivência de situações geradoras de instabilidade emocional, como por exemplo, os problemas relacionais com o cônjuge/companheiro ou a dificuldade no desempenho do papel parental. Hayes e Watson (2013) complementam que o *stress* parental implica inevitavelmente a capacidade da família para recuperar o seu padrão funcionamento após os elementos perturbadores. Devido à fragilidade dos recursos disponíveis, o ciclo de restauração é ineficaz, perpetuando a evocação de sentimentos negativos, como a incompetência e frustração para enfrentar a parentalidade. Dado que nesta investigação iremos seguir o paradigma desenvolvido por Abidin (1990), importa, por fim, fazer menção ao sistema de classificação proposto pelo autor, no sentido de avaliar os níveis de *stress* parental, sendo eles: tomando como referência a subescala “Total de *Stress*” (somatório de todas as subescalas), o nível mais baixo denomina-se por “*Stress* Típico” (15-80 pontos), o nível intermédio é designado por “*Stress* Elevado” (81-89 pontos) e o último nível e mais complexo é classificado como “*Stress* Clinicamente Significativo” (90-100 pontos).

O paradigma do *stress* parental aborda igualmente a noção de Deater-Deckard (1998), que sustenta uma visão diferenciada da que fora previamente descrita. A compreensão deste fenómeno figura como um processo complexo de estruturar, dado que reúne uma combinação de variáveis interligadas, sendo elas: as tarefas ligadas à parentalidade (e.g., prestação de cuidados primários ao bebé); o bem-estar psicológico dos pais, patente na relação afetiva e emocional com este último; a qualidade estabelecida no relacionamento pais-bebé, como por exemplo, através da vinculação segura; adaptação da criança ao meio social, que, numa primeira instância, ocorre no seio familiar. De acordo com este modelo, o *self* fragilizado das figuras parentais é expresso por intermédio de sentimentos negativos (e.g., incompetência e perceção de fracasso) para responder às exigências da paternidade, e, conseqüentemente, as suas falhas como objeto cuidador, repercutem-se negativamente no desenvolvimento do bebé.

O presente constructo pode simultaneamente ser conceptualizado através do Modelo de *Stress* na Família (MSF), focalizado no estudo da relação entre a influência económica e

o seu reflexo nos processos de desequilíbrio emocional das interações parentais e das crianças. Segundo a teoria deste paradigma, proposto por Conger, Ge, Elder, Lorenz e Simons (1994), a sequência de fatores ocorre do seguinte modo: numa primeira fase, surgem condições económicas adversas que afetam emocionalmente as relações diárias no seio familiar (e.g., o baixo salário e as despesas mensais, a instabilidade laboral); de seguida, ocorre um impacto psicológico na relação parental e na qualidade das suas interações, expressas pelo desequilíbrio comportamental, emocional e cognitivo (e.g., condutas agressivas; estados depressivos; representação de baixa auto-estima e incompetência); posteriormente, o conflito interparental é alargado também à dinâmica da relação marital (e.g., o conflito e a falta de cooperação nas práticas parentais, amplifica-se à hostilidade conjugal); por fim, as dificuldades financeiras repercutem-se também na relação com a criança, veiculando na interação com esta, sentimentos de culpabilização. Os fatores deste ciclo confluem sobretudo em duas consequências na vida dos filhos: em primeiro lugar, incluem-se os problemas de comportamento na criança, figurados sob forma internalizada (e.g., representação diminuída sobre si próprio) ou externalizada (e.g., verbalizações agressivas ou passagem ao ato) na relação com o outro; o segundo efeito, reporta ao comprometimento da sua ascensão académica e alcançar oportunidades gratificantes na vida.

Muitos dos estudos de investigação realizados neste domínio têm procurado aprofundar os fatores poderão influenciar o *stress* desadaptativo aliado ao exercício das práticas parentais. Segundo o estudo desenvolvido por Liu, Daire, Griffith, O'Hare, Keller-Margulis e Tucker (2017), além dos preditores anteriormente mencionados, denotam-se os traços de personalidade de cada um dos pais (e.g., a tolerância ao *stress*; o nível da afetividade demonstrada para com o bebé/criança; o estilo parental adotado, podendo este variar entre o autoritário, negligente, democrático ou permissivo); as diferenças de género dos progenitores; a idade dos pais; o desacordo conjugal nas representações concebidas como “ideais”, relativamente às responsabilidades parentais (e.g., diferentes opiniões acerca da implementação de regras, tais como, no âmbito da alimentação, estabelecimento de rotinas diárias, metodologias no educar o bebé/criança); a satisfação com a relação marital; o suporte social e emocional sentidos no desempenho da parentalidade. Este último destaca-se dos anteriores, pois, segundo a Associação Americana de Psicologia, o apoio emocional é considerado o principal fator na diminuição dos níveis de *stress* parental. Na verdade, o mesmo traduz-se no suporte veiculado através do diálogo com um membro familiar ou outras figuras próximas, reportando-se uma evidente redução de *stress*, quando presente o apoio destes elementos no exercício da parentalidade. De igual forma, os estudos reportam



ainda que os elevados níveis de escolaridade das figuras parentais, poderão estar relacionados com baixos índices de *stress* parental, presumivelmente pela sua capacidade de lidarem com situações adversas e revelarem maior auto-eficácia no âmbito académico (Widarsson, Engstrom, Berglund, Tydén e Lundberg, 2014).

Além disso, a literatura tem demonstrado um particular interesse na compreensão da dinâmica interna em pais de crianças diagnosticadas com perturbações psicológicas (Biswas, Moghaddam e Tickle, 2015). As investigações recentes desenvolvidas neste âmbito, constataram que o mesmo assume maior incidência em pais de crianças com perturbações comportamentais (e.g., Síndrome de *Down*; Perturbação do Espectro do Autismo). Atendendo às evidências documentadas, relatam-se as dificuldades sociais exibidas pelas crianças, assim como, as interações desadequadas na tríade pais-filho, que parecem estar associadas a maiores níveis de *stress* parental. Presumivelmente, esta relação é justificada com base na exposição a comportamentos desafiantes na interação com os filhos, os quais tornam as figuras parentais mais vulneráveis e propensas a exibir sintomatologia depressiva e/ou ansiosa (Schiltz, McVey, Magnus, Dolan, Willar, Pleiss, Karst, Carson, Caiozzo, Vogt e Van Hecke, 2018). A representação positiva das figuras parentais acerca do seu desempenho na parentalidade, aparenta também revelar-se um fator preponderante na baixa expressão deste constructo, sobretudo, quando estas manifestam uma elevada capacidade de resiliência para lidar com situações de *stress*, decorrentes do seu papel enquanto pais.

A perspectiva de Vásquez, Ramos, Molina e Artazcoz (2016) complementa o segmento anterior, ao referirem que a representação positiva de uma figura parental acerca dos seus níveis de auto-eficácia funciona como um preditor dos baixos níveis de tensão emocional. Para as autoras, esta perceção de competência consiste num mecanismo facilitador para lidar com os agentes stressores, pois, o seu sentimento e convicção no desempenho eficaz das práticas parentais, repercute-se numa maior disponibilidade de recursos psicológicos para fazer face à adversidade (e.g., divórcio parental) e a situações desgastantes no percurso da parentalidade (e.g., desobediência às regras por si impostas; choro iminente aquando a realização de tarefas diárias, tais como, no vestuário, alimentação ou sono).

Ainda relativamente às investigações empíricas desenvolvidas em torno deste conceito, importa salientar o crescente interesse no estudo do *stress* parental em função do sexo dos pais. Segundo Widarsson, Engström, Rosenblad, Kerstis, Edlund e Lundberg (2013), as diferenças de género dos pais, constatando que pais e mães manifestem graus de

*stress* em diferentes áreas da parentalidade. Mais concretamente, os referidos autores postulam que as figuras maternas tendem a expressar maiores níveis de *stress* em âmbitos como o desempenho do seu papel enquanto figura parental e as suas preocupações com o relacionamento conjugal. Em contrapartida, os cônjuges do sexo masculino, tendem a experimentar maiores níveis de *stress* parental quando estão patentes sentimentos de isolamento social (e.g., exclusão da relação triádica entre mãe/pai-filho) ou enfrentam um processo de mudança na relação conjugal (e.g., divórcio; a existência de um novo relacionamento amoroso por parte do outro cônjuge ou a reconstrução familiar deste). Nesta índole, surgem também outros estudos que demonstram evidências contrárias a esta última, considerando que os níveis de tensão emocional assumem maior expressão por parte das figuras maternas (Kawafha, 2018). As conclusões fundamentam-se no facto de serem as mães a protagonizar o momento do parto, ou seja, as emoções resultantes do mesmo, culminam numa maior vulnerabilidade e responsabilização sentida na relação com o bebé. Além disso, aparentemente, tendem a experienciar mais tristeza e culpabilização quando não conseguem responder adequadamente às necessidades do filho.

Ao nível das implicações do *stress* parental no desenvolvimento saudável das crianças, conferimos que tem sido outra matéria igualmente explorada, tal como, sugerem Wong, Yu, Guo, Wan, Chin, Wong, Fung, Tung, Wong, Ip, Tiwari e Lam (2018). Com base no Modelo de *Stress* na Família (*Family Stress Model*), o *stress* parental assume um impacto negativo no desenvolvimento harmonioso da criança, quando ocorrem duas circunstâncias particulares: a primeira, relaciona-se com as falhas nas competências parentais, expressos em comportamentos negligentes; em segunda instância, postulam-se os conflitos relacionais com familiares próximos da mesma. Concretamente, supõem-se que estes conflitos familiares (e.g. falta de suporte social) são geradores de tensão emocional nas figuras parentais, e, conseqüentemente, conduzem a práticas parentais desadequadas. Como resultado, a saúde mental das crianças encontra-se comprometida, constatando-se que existe maior propensão para manifestarem sintomatologia depressiva, ansiógena, assim como, dificuldades na adaptação aos diversos contextos em que estão inseridas. Além disso, segundo os autores acima enunciados, parecem existir também evidências científicas de que o *stress* experienciado durante a gravidez e na fase pós-natal, acarreta sobretudo repercussões no desenvolvimento emocional e afetivo crianças. No mesmo sentido, outro estudo refere que as condutas agressivas e negligentes, expressas pelos pais nas relações interpessoais com os familiares, revelam-se prejudiciais ao nível de comportamentos de externalização dos filhos, os quais emergem a partir do processo de aprendizagem por

exposição a situações de instabilidade emocional (Katzmann, Döpfner e Görtz-Dorten, 2018). Tal como podemos compreender, o processo disfuncional é cíclico, uma vez que, os comportamentos disruptivos desenvolvidos durante a infância, funcionam inversamente como agentes de *stress* parental, intensificando as dificuldades para exercer uma parentalidade positiva. Por todas estas razões mencionadas, perspectiva-se que haja uma relação bidirecional entre os elementos anteriormente referidos, ou seja, as necessidades de cuidado apresentadas pelo bebé/criança, requerem por parte dos pais uma responsividade constante, que se traduz no aumento dos níveis de *stress* parental e o conseqüente negligente exercício das responsabilidades parentais.

Finalmente, é ainda de salientar o crescente interesse da investigação em Portugal sobre este tema, tendo surgido estudos em maior número e complexidade. Antes de abordarmos as principais áreas de enfoque, iremos debruçar-nos nos autores que têm impulsionado o constructo do *stress* parental através da validação de instrumentos para a população portuguesa. Neste sentido, adotando uma sequência cronológica, podemos mencionar a “Escala de *Stress* Parental” (ESP), desenvolvida por Mixão, Leal e Maroco (2007), assim como, o “Índice de *Stress* Parental” (ISP; Santos, 2003, 2014), utilizado nesta investigação. Os estudos desenvolvidos em torno desta área incluem diversas abordagens, focando-se em características das crianças, como a experiência do *stress* parental face ao diagnóstico de doenças crónicas (por exemplo, Santos, 2002) ou perturbações do desenvolvimento, estando documentadas a Perturbação de Hiperatividade e Déficit de Atenção (Santos, 2008) ou Perturbação do Espectro do Autismo (Müller, 2014). As variáveis contextuais têm sido também uma área de estudo, remetendo para novos tipos de família, sobretudo a parentalidade adotiva e a criação de laços de vinculação. Segundo Gomez e Leal (2009), as investigações mais recentes têm evidenciado uma ênfase ascendente no estudo deste constructo em circunstâncias normais do desenvolvimento, dando como exemplo, as implicações do *stress* parental na dinâmica familiar e no funcionamento psicológico das crianças.

### **3. Relação entre Coparentalidade e *Stress* Parental**

Tal como foi explorado na temática anterior sobre a Coparentalidade, importa concretizar a influência que a mesma exerce no domínio do *Stress* Parental. Todavia, sabe-se atualmente, que a qualidade da relação parental pode ser inferida a partir de fatores que avaliam a coparentalidade, como o tipo de comunicação estabelecida no casal (e.g., partilha de ideias e assuntos relativos ao filho em comum), componente que assume também um

efeito de predição na durabilidade do vínculo conjugal (casamento). A investigação desenvolvida por Durtschi, Soloski e Kimmes (2016) demonstra precisamente que um relacionamento de coparentalidade caracterizado pelo suporte e coesão na partilha de tarefas parentais interfere expressivamente na atenuação dos sentimentos de *stress* parental, funcionando assim como um moderador da transição para a parentalidade positiva.

Neste âmbito, têm sido desenvolvidas outras investigações empíricas que relatam a importância destes conceitos no decurso da parentalidade. De entre elas, destaca-se o estudo em que os mesmos são relacionados com a “Mentalização/Acomodação Parental” (*Parental Mentalizing*), ou seja, à capacidade das figuras parentais integrarem mentalmente os seus filhos como seres independentes e distintos de si próprios (com características idiossincráticas, tais como os seus desejos, pensamentos e motivações). Concomitantemente, este último constructo relaciona-se também com o grau em que os pais conseguem reconhecer e interpretar os estados internos do bebé, através da comunicação não-verbal (Slade, 2005, citado por Shai, Dollberg e Szepsenwol, 2017).

As investigações têm relatado igualmente a relação entre a “Adaptação Diádica” do casal (*Coping Dyadic*), um preditor da coparentalidade, com os baixos níveis de *stress* parental (Zemp, Milek, Cummings e Bodenmann, 2017). A primeira noção consiste genericamente no modo como os pais fornecem suporte mútuo face a momentos de tensão e *stress* vivenciados no quotidiano, procurando encontrar uma resolução conjunta. Na verdade, as conclusões empíricas indicam que os casais que revelam uma elevada capacidade de “Adaptação Diádica”, conseguem reagir com menos frustração a situações de desgaste emocional, revelando em simultâneo, maiores índices de cooperação no desempenho das práticas parentais.

As evidências empíricas propostas por Shai e colegas (2017) sugerem que, na generalidade, os pais que se esforçam e sentem ter falhado na compreensão das necessidades primárias do filho, revelam maior propensão para vivenciarem sentimentos de insatisfação com a parentalidade. Por isso, considera-se que a Mentalização Parental funcione como um preditor do *stress* parental, na medida em que as representações parentais sobre o bebé, entendido como um sujeito passivo, mas independente subjetivamente (necessidades físicas e psicológicas), permitem lidar melhor com os desafios e estados de tensão, inerentes ao papel de pais. Os autores afirmam ainda que a aliança coparental, baseada no suporte e sincronia entre os progenitores, está diretamente interligada com a Mentalização Parental, pois os cônjuges manifestam maior satisfação e união no que respeita à interação com o bebé, estando mais focalizados na compreensão das necessidades deste último. Além disso,

os sentimentos de companheirismo e de empatia interpapental promovem um desenvolvimento mais harmonioso no beb , e, como consequência, numa menor probabilidade de experienciarem estados aversivos na rela o triádica.

Segundo a literatura, a copapentalidade e o *stress* papental assumem particular destaque em famílias onde existem crianças diagnosticadas com Perturba o do Espetro do Autismo (PEA). Neste sentido, a qualidade da rela o copapental exerce uma influência preponderante, dado que as figuras parentais carecem de maior envolvimento afetivo e relacional com a criança (May, Fletcher, Dempsey e Newman, 2015). As consequências imediatas para estas famílias, traduzem-se na experiência de *stress* papental cr nico, bem como, dos baixos níveis de auto-eficácia no domínio da papentalidade. Na verdade, os efeitos do *stress* evidenciam propor es mais graves nestes casos, comparativamente a pais de crianças portadoras de deficiência física, por exemplo. Ao mesmo tempo, as investiga es sugerem que a copapentalidade e o *stress* papental demonstram também evidências significativas em famílias de crianças com um desenvolvimento normativo. Como repercussões do elevado *stress* papental experienciado, apontam-se as seguintes consequências: nos fatores parentais, inclui-se o potencial aumento da dependência de substâncias psicoativas, a sintomatologia depressiva (tristeza, sentimentos de desvaloriza o de si próprio) ou de ansiedade (preocupa o excessiva com questões da papentalidade ou o receio de ser bem-sucedido no papel papental) ou ainda a qualidade da rela o copapental ser afetada negativamente, focalizando-se, em vez disso, nas situa es que despertam desgaste emocional; nos fatores inerentes aos filhos, salienta-se que as crianças que vivenciam a instabilidade dos pais, tendem a desenvolver comportamentos de externaliza o.

As investiga es teóricas que integram estes dois conceitos confluem numa diretriz das suas defini es, mais concretamente, ambas dizem respeito   “experiência no papel de pais, que envolve a crescente dificuldade em gerir cooperativamente o comportamento e tarefas de cuidado das crianças, realizadas diariamente” (Dunning e Gialloa, 2012, p. 147, citadas por Richardson, Futris, Mallette e Campbell, 2018). Conforme   explicitado pelos autores, os pais considerados especialmente frágeis (e.g., em condi es clínicas com diagnósticos, como perturba es depressivas associadas ao pós-parto; famílias onde predomina o conflito nas rela es próximas; situa es de precariedade) apresentam maior propensão para vivenciarem sentimentos de tensão emocional, os quais, por sua vez, conduzem sobretudo a disfuncionalidades na rela o papental (e.g., discórdias), na diminui o do estabelecimento de uma rela o segura de vincula o entre pais-filhos, mas também, no âmbito da copapentalidade, a comportamentos baseados na falta de suporte e

apoio mútuo nas responsabilidades parentais. Na verdade, os comportamentos desajustados por parte da criança são também um desafio ao *stress* parental, exteriorizado através de conflitos e constantes discussões na relação conjugal.

De igual modo, podemos explicitar um estudo desenvolvido em torno destes conceitos, no qual são também reiterados os indutores do *stress* parental (e.g. perturbação psicológica diagnosticada ao filho, como a PEA ou Hiperatividade e Défice de Atenção; conflitos conjugais; falta de recursos para desempenhar as responsabilidades parentais, como a Depressão), os quais poderão surgir na sequência de uma baixa experiência de coparentalidade ou interferir negativamente na mesma. Tome-se como exemplo, a interação disfuncional na relação parental, pautada por um constante conflito entre o casal: a discórdia pode ocorrer como fruto da exposição às referidas fontes de *stress*; contudo, esta disrupção emocional, poderá repercutir-se ao nível da coparentalidade, nomeadamente, numa baixa cooperação e partilha de tarefas parentais. Ao centrarmo-nos na investigação enunciada, de acordo com a visão proposta por Bögels, Hellemans, Deursen, Römer, Meulen (2013), sob o efeito de altos níveis de tensão, os pais tendem a manifestar comportamentos automáticos de carácter negativo na interação com o filho. Os autores acrescentam que estes padrões disfuncionais estabelecidos na relação diádica figura parental-filho, podem surgir derivado ao impacto da patologia dos pais/criança, no entanto, reportam igualmente uma influência da parentalidade vivenciada pelos próprios pais. De facto, parece existir evidência científica no que respeita à reprodução das práticas parentais experienciadas pelos progenitores, repetindo-as na relação com o filho, similarmente à sua própria história de vida familiar (e.g., situação de maus-tratos).

Ainda sobre a literatura que reporta a relação entre os conceitos, é também abordada a qualidade da cooperação e ao *stress* associados à prestação de cuidados com o bebé. Com efeito, os estudos empíricos demonstram que existem dimensões específicas da qualidade coparental intrinsecamente relacionadas com baixos os sentimentos de tensão emocional na parentalidade. Segundo Thullen e Bonsall (2017), essas características particulares verificam-se tanto para as mães como para os pais, sendo as dimensões mais significativas: a comunicação interparental, pautada pela harmonia e partilha de situações positivas (e.g., sucessos alcançados pelo filho) e negativas (e.g., medos) da parentalidade; a partilha e o suporte fornecido nas práticas parentais; o respeito mútuo, como seja a valorização da imagem do outro no papel de mãe/pai. Além disso, os autores relatam que estas dimensões assumem contornos ainda mais relevantes quando consideradas famílias vulneráveis, tais como, pais de crianças com PEA.

Por fim, as contribuições empíricas, consolidam também que uma baixa representação da aliança coparental influencia o disfuncionamento do sistema familiar e fomenta o *stress* parental. De acordo com Delvecchio, Sciandra, Finos, Mazzeschi e Riso (2015), o escasso suporte interparental preconiza efeitos negativos no funcionamento do outro cônjuge, sobretudo: percepções e sentimentos de desvalorização de si próprio em relação às suas competências parentais; falta de liberdade ou condicionamento em determinados aspectos da sua vida enquanto mãe/pai (e.g., rutura na relação com os pares, devido à falta de apoio conjugal; redução do horário laboral para cuidar do filho); a falta de apoio social, que transmite sentimentos de solidão e isolamento. Os estudos mais recentes têm demonstrado o efeito mediador da coparentalidade na manutenção do equilíbrio familiar e adaptação harmoniosa à vivência da parentalidade. Na perspectiva dos autores, este mediador permite colmatar as necessidades individuais do sujeito, agindo como resposta aos stressores. Em suma, conclui-se que a falta de interação parental e falhas na cooperação destas práticas são apontadas como as principais razões que comprometem o desenvolvimento das crianças nos seus primeiros anos de vida.

## Parte II – Estudo Empírico

### 4. Objetivos e Hipóteses

Os objetivos delineados para este estudo empírico centram-se sobretudo na compreensão da relação entre a coparentalidade percebida pelas figuras parentais e a experiência do *stress* parental no processo de transição para a parentalidade. A investigação procura também explorar a influência de aspetos sociodemográficos nos dois constructos estudados, bem como, a relação entre as suas dimensões.

Deste modo, formularam-se as seguintes hipóteses nesta investigação:

**(H 1)** Prevê-se que haja uma correlação negativa entre os níveis de coparentalidade e as manifestações de *stress* parental, nomeadamente:

**(H 1.1)** Espera-se que a dimensão “Cooperação” apresente correlações negativas e estatisticamente significativas com as subescalas “Criança Difícil”, “Dificuldade Parental”, “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” e “Total de *Stress*”;

**(H 1.2)** Prevê-se que a dimensão “Conflito” apresente correlações significativas com as subescalas “Criança Difícil”, “Dificuldade Parental”, “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” e “Total de *Stress*”;

**(H 2)** A Coparentalidade, nas dimensões “Cooperação” e “Conflito”, apresenta diferenças significativas em função do sexo das figuras parentais e do bebé;

**(H 3)** A Coparentalidade, nas dimensões “Cooperação” e “Conflito”, apresenta correlações positivas e estatisticamente significativas com a idade do bebé;

**(H 4)** Os níveis de *stress* parental (“Total de *Stress*”) apresentam diferenças significativas em função do sexo das figuras parentais e da sua situação profissional;

**(H 5)** Os níveis de *stress* parental apresentem correlações positivas e significativas com a idade das figuras parentais, o número de filhos e a idade do bebé, assim como, correlações negativas e estatisticamente significativas com o nível de escolaridade dos pais.



## **5. Metodologia**

### **5.1. Caraterização da Amostra**

Na presente investigação participaram 284 figuras parentais, representada por 151 mães e 133 pais. A caraterização de ambos os grupos será realizada em seguida, tendo sido recolhida através do “Questionário Sociodemográfico”.

#### **5.1.1. Mães**

Tal como fora anteriormente referido, a amostra integra 151 figuras maternas. A idade média das mães é de 33.60 anos (DP= 5.70), oscilando entre a idade mínima de 19 anos e a máxima de 46 anos.

Quanto à área de residência, constata-se que a quase totalidade das participantes reside no distrito de Évora ( $n = 141$ ), equivalente a 93,4% deste grupo. As restantes figuras maternas estão distribuídas pelos distritos de Santarém (4%), Lisboa (2%) e Setúbal (0,7%).

O estado civil apresentado pelas mães é maioritariamente “Casadas/União de Facto” ( $n = 117$ ; 77,5%), sendo que 33 são solteiras e 1 é divorciada. A duração da relação das mães casadas ou em união de facto até à data da recolha de dados é de aproximadamente 5.04 anos (DP = 4.60), revelando no mínimo 8 meses e no máximo 24 anos o referido estado civil. Saliente-se que, das participantes solteiras, 7 já estiveram numa relação conjugal, embora, não indicando explicitamente que estariam “divorciadas”. Por isso, constatámos que: uma é solteira há 4 anos; uma outra é solteira há 3 anos; duas estão solteiras há 2 anos; uma, solteira há 1 ano; as restantes duas, solteiras há 7 meses. Assim, podemos inferir que 142 mães coabitam com o cônjuge e pai do bebé tomado como referência neste estudo (1 mês – 3 anos/36 meses), ou seja, pertencem a uma família nuclear.

#### **5.1.2. Pais**

No que respeita às figuras paternas, como já se mencionou, participaram nesta investigação 133 pais. A média de idades dos participantes deste grupo é de 35.17 anos (DP = 5.68), estando compreendidas entre os 21 e 50 anos.

A área de residência deste grupo de participantes em concreto, é muito semelhante à anterior, encontrando-se os mesmos distribuídos pelos seguintes distritos: 92,5% dos pais residem em Évora ( $n = 123$ ); 3,8% pertencem ao distrito de Santarém; 3% reside em Lisboa; 0,8% habita no distrito de Setúbal.

Em relação ao estado civil dos pais, é possível verificarmos que a grande maioria assinalou estar “Casado/União de Facto” ( $n = 104$ ; 78,2%), e dos restantes 29, 25 sujeitos são solteiros e 4 divorciados. A relação dos pais casados ou em união de facto apresenta uma duração média de 4.86 anos ( $DP = 4.52$ ), constatando-se que a relação marital mais recente é de 8 meses e a mais duradora de 24 anos. Importa debruçarmo-nos sobre os sujeitos divorciados, observando-se que um deles apresenta o mencionado estado civil há 20 anos, dois participantes há 17 anos e o último elemento está divorciado há 5 anos. Embora não seja explícito, depreendemos que todas as figuras paternas ( $N=133$ ) compartilham a mesma habitação com as mães dos seus filhos mais novos (1 mês – 3 anos/36 meses), inclusivamente os sujeitos divorciados, que apresentam o referido estado civil há mais tempo por comparação à idade da criança, o que nos leva a concluir que refizeram a sua vida conjugal com as atuais esposas (família reconstruída).

### **5.1.3. Formação/Qualificação Profissional e Estrutura Familiar**

O presente subtópico pretende caracterizar, separadamente, as variáveis sociodemográficas referentes aos dois grupos de participantes considerados (mães e pais), tais como: no âmbito da formação educativa e profissional, inquirimos o nível de escolaridade de ambos, a situação profissional atual e o grupo profissional correspondente; a estrutura familiar, que integra o número de filhos, idade e sexo dos mesmos; num último momento, o sexo e idade (em meses) do bebé assinalado como referência nesta população alvo.

Relativamente ao nível de escolaridade das figuras parentais, o Quadro 1 mostra-nos as frequências e percentagens desta variável. De acordo com o mesmo, verifica-se que as habilitações evidenciadas pelas mães e pelos pais, corresponde essencialmente ao “Ensino Secundário” (36,3%). No entanto, conferimos que as mães apresentam, em média, um nível de escolaridade equivalente ao grau de “Bacharelato/Pós-Graduação”, enquanto os pais evidenciam uma qualificação respeitante ao “Ensino Secundário”. Além disso, também constatamos que uma parte significativa da população apresenta formação superior (45,8%).

## Quadro 1

### *Análise Descritiva do Nível de Escolaridade das Figuras Parentais (Mães e Pais)*

	N		%	% Acumulada
	Mães	Pais		
Ensino Básico	19	32	18,0	18,0
Ensino Secundário	54	49	36,3	54,2
Bacharelato	1	1	0,7	54,9
Licenciatura	53	33	30,3	85,2
Pós-Graduação	2	7	3,2	88,4
Mestrado	20	8	9,9	98,2
Doutoramento	2	3	1,8	100,0

*Nota:* N<sub>Mães</sub> = 151; N<sub>Pais</sub> = 133

No Quadro 2, está patente a informação relativa à situação laboral das figuras parentais, a partir do qual podemos verificar que: a quase totalidade dos pais encontra-se em atividade profissional (91,9%); uma pequena percentagem dos participantes, estão desempregados (6,7%); a restante população apresentava “Outra” opção alternativa às anteriormente mencionadas (1,4%), ressaltando a atividade como estudantes ou em período de “licença de maternidade”. Neste sentido, procurou saber-se ainda a profissão que exerciam, sendo estas agrupadas em grupos profissionais, de acordo com o nível de qualificação. Como é possível observarmos, tanto as mães como os pais, desempenham sobretudo profissões que estão inseridas na categoria “Pouco Qualificadas” (cargos de operários fabris, profissionais administrativos ou bens e serviços públicos, sugerindo-se como exemplo ilustrativo, militares da GNR). Por oposição, também encontramos uma faixa significativa da população (25%) que está empregada em profissões “Altamente Qualificadas” (especialistas em atividades intelectuais e científicas, como por exemplo, professores, profissionais de saúde ou da área financeira), onde as mães e pais apresentam de forma bastante idêntica, profissões de topo.

## Quadro 2

### *Grupo Profissional das Mães e dos Pais*

	N		%	% Acumulada
	Mães	Pais		
Altamente Qualificadas	36	34	25,0	25,0
Muito Qualificadas	21	21	14,8	39,8
Pouco Qualificadas	71	68	48,9	88,7
Não-Qualificadas	8	6	4,9	93,6
Desempregados	15	4	6,7	100,0

*Nota:* Categorias Profissionais de acordo com os níveis de competência da “Classificação Nacional das Profissões” – versão 2010 (INE, 2011)

O questionário sociodemográfico incidu também no estudo da estrutura familiar (Quadro 3). Segundo o mesmo, verifica-se que o número médio de filhos dos pais inquiridos é de aproximadamente 1.58 (DP = 0.76), apresentando a grande maioria um ou dois filhos (54,6% e 36,6%, respetivamente). Mais concretamente, verificamos que 54,6% ( $n = 155$ ) apenas têm um só filho, enquanto os 45,4% assumiram ter mais do que um filho. Ao debruçarmo-nos sobre os casais que têm mais do que um filho, notamos que o intervalo de idades destes últimos situa-se entre os 2 anos e os 28 anos de idade. Simultaneamente, identifica-se no conjunto das figuras parentais que existem 82 filhos do sexo masculino e 76 do sexo feminino, correspondentes aos pais que têm mais do que um filho.

## Quadro 3

### *Análise Descritiva da Estrutura Familiar – Número de Filhos*

Nº de Filhos	N	%	% Acumulada	M (DP)
1	155	54,6	54,6	1.58 (0.76)
2	104	36,6	91,2	
3	17	6,0	97,2	

4	6	2,1	99,3
5	2	,7	100,0

Num último momento, o foco é dirigido aos bebés e crianças que permitem a inclusão dos seus pais nesta investigação. De acordo com as descrições das figuras parentais sobre o género dos bebés, identificam-se 126 do sexo feminino e 151 do sexo masculino, constando também 7 bebés gémeos (G), todos eles constituídos pelos dois sexos (Quadro 4).

#### **Quadro 4**

##### *Análise Descritiva – Sexo dos Bebés*

Sexo	N	%
Feminino	126	44,4
Masculino	151	53,1
M/F (G)	7	2,5

Por fim, explorámos a idade dos bebés (em meses), verificando-se através do Quadro 5, que as suas idades variam entre os 2 e 36 meses (M = 19.76; DP = 9.00).

#### **Quadro 5**

##### *Análise Descritiva – Idade dos Bebés (Meses)*

	N	Mínimo	Máximo	M (DP)
Meses	284	2	36	19.76 (9.00)

## **5.2. Instrumentos**

### **5.2.1. Questionário Sociodemográfico**

O **Questionário Sociodemográfico** foi o primeiro inquérito a ser apresentado no conjunto dos três instrumentos utilizados neste estudo. Este questionário de recolha de informações sociais e demográficas, assumiu uma construção específica para a presente investigação, integrando os principais elementos que visam fundamentar os objetivos formulados. O questionário evidencia uma estrutura equivalente para ambas as figuras

parentais, pelo que nos permite obter dados sociodemográficos acerca da população alvo (mães e pais), bem como, de outros sujeitos próximos do bebé/criança, especificamente, a existência e/ou composição da fratria.

O inquérito de recolha de dados sociodemográficos é constituído por 11 questões e encontra-se estruturado em duas partes: uma primeira, referente a questões sociodemográficas, reunindo um total de 8 alíneas; a segunda, centra-se na estrutura familiar das crianças-alvo, integrando assim, as restantes 3 questões.

O primeiro grupo de questões integra as seguintes informações sociodemográficas: sexo da figura parental; idade; área de residência; estado civil e a duração em que o mesmo é mantido; o nível de escolaridade; a situação profissional (empregado/desempregado) e respetiva atividade laboral apresentada naquele dado momento.

Em relação à segunda parte do questionário sociodemográfico, procuraram apurar-se as variáveis: número de filhos; breve descrição estrutura familiar, em que era solicitada a idade e sexo dos filhos; a idade, em meses, do bebé/criança que constava como pré-requisito na amostra populacional.

### **5.2.2 Questionário da Coparentalidade (QC)**

As representações de cada figura parental sobre a qualidade da relação coparental, foram avaliadas com base no Questionário da Coparentalidade (QC; Pedro e Ribeiro, 2013). O instrumento supracitado, corresponde à adaptação portuguesa do *Coparenting Questionnaire*, desenvolvido por Margolin, Gordis e John (2001) e pretende avaliar a perceção individual de ambos pais, no que concerne às funções parentais e ao seu papel enquanto cuidadores responsáveis pelo bebé/criança.

De acordo com os autores, a relação de coparentalidade é definida por três dimensões: a cooperação, a triangulação e o conflito (Margolin et al., 2001). A dimensão “Cooperação” diz respeito ao nível de suporte, valorização e respeito mútuo entre os progenitores no desempenho das suas responsabilidades parentais. A dimensão “Triangulação” indica o grau em que uma das figuras parentais cria uma aliança separada com o filho, na intenção de desvalorizar a autoridade e denegrir a imagem do outro progenitor, excluindo-o, assim, da relação triádica (fator que assume similaridades com o fenómeno da Alienação Parental). A terceira dimensão, o “Conflito”, refere-se ao grau de discórdia e conflito entre o casal relativamente a questões da parentalidade, como por exemplo, a frequência com que discutem sobre a educação do filho ou o grau que consideram denegrir a imagem da outra figura parental.

O instrumento apresenta duas versões distintas, uma destinada à mãe e outra para o pai. Deste modo, nos questionários preenchidos pelas mães, está indicado que a sua percepção deverá fazer referência ao progenitor do sexo oposto (“O pai...”) e o mesmo procedimento é implementado para os inquiridos respondidos pelos pais (“A mãe...”). Como tal, os resultados obtidos no âmbito da coparentalidade derivam da representação das mães face ao comportamento do pai nos diversos aspetos da relação coparental (heteroavaliação), e, vice-versa na representação concebida pelos pais. Importa ainda explicitar que, esta última particularidade é o único elemento diferenciador de entre o conjunto de instrumentos utilizados, isto é, os restantes apresentam a mesma versão para ambos os sexos.

O Questionário da Coparentalidade é constituído por 14 questões, agrupadas em três subescalas: cooperação (itens 1 a 5); triangulação (itens 6 a 9); conflito (itens 10 a 14). Note-se que, o item 13 encontra-se invertido na subescala “Conflito”, o qual está formulado num sentido positivo desta dimensão (“...*concorda com as minhas decisões relativas à disciplina do nosso filho.*”). O formato de resposta insere-se numa escala tipo *Likert* de cinco pontos, sendo que, para a totalidade dos itens, o valor 1 corresponde a “Nunca” e o valor 5 corresponde a “Sempre” (Pedro e Ribeiro, 2015). Os resultados finais pretendem mostrar o significado positivo versus negativo das representações que as figuras parentais concebem acerca um do outro no âmbito do desempenho das práticas de parentalidade, bem como, em relação ao suporte mútuo ou ao conflito interparental.

A versão original da escala reporta bons índices de consistência interna em todas as dimensões avaliadas, variando os valores do *Alfa de Cronbach* entre os 0.69 e 0.87, para ambos os pais (Margolin et al., 2001). A validação da escala para a população portuguesa, protagonizada por Pedro e Ribeiro (2013), impôs a necessidade de atualizar as propriedades psicométricas, recorrendo-se, para tal, a novos estudos que retratassem fielmente uma realidade mais recente e específica. Através dos mesmos, verificou-se que a versão portuguesa apresenta coeficientes de consistência interna entre o aceitável e o elevado ( $0,71 < \alpha < 0,88$ ), e, em simultâneo, valores adequados de validade convergente e discriminante (Pedro e Ribeiro, 2015). Deste modo, conclui-se que os níveis de consistência interna obtidos na versão portuguesa do “Questionário da Coparentalidade” são bastante idênticos à escala original.

Na investigação desenvolvida por Marques (2013), os índices do *Alfa de Cronbach* assumem variabilidade nas diversas subescalas, assim como, nas duas versões das figuras parentais. Para os elementos do sexo feminino, ou seja, as mães, foram obtidos os seguintes valores para cada dimensão: Cooperação,  $\alpha = 0.85$ ; Triangulação,  $\alpha = 0.75$ ; Conflito,  $\alpha =$

0.74. Quanto aos elementos do sexo masculino, os pais, obtiveram-se para cada dimensão: Cooperação,  $\alpha = 0.81$ ; Triangulação,  $\alpha = 0.76$ ; Conflito,  $\alpha = 0.70$ .

Neste estudo em concreto, constatamos igualmente que os coeficientes do *Alfa de Cronbach* apresentam variabilidade nas diferentes subescalas e versões aplicadas. Na versão das mães, obtiveram-se os seguintes resultados para cada uma das três dimensões: Cooperação,  $\alpha = 0.83$ ; Triangulação,  $\alpha = 0.77$ ; Conflito,  $\alpha = 0.76$ . A versão preenchida pelos pais indica-nos que os valores para o *Alfa de Cronbach* são: Cooperação,  $\alpha = 0.77$ ; Triangulação,  $\alpha = 0.27$ ; Conflito,  $\alpha = 0.73$ .

Relativamente ao valor do *Alfa de Cronbach* para a dimensão “Triangulação” respeitante aos questionários preenchidos pelos pais, reconhecemos que o mesmo assume um significado inadmissível, e, portanto, pouco plausível para interpretar os nossos dados. Tendo em conta este facto, optámos por excluir a referida dimensão, não integrando a sua análise e respetiva interpretação para ambas as figuras parentais. Porém, consideramos de extrema importância esclarecer as presumíveis causas que estão na génese da fraca robustez nos índices de consistência interna para a dimensão “Triangulação”, relativos apenas aos questionários preenchidos pelas figuras paternas. A adaptação portuguesa do “Questionário da Coparentalidade” assinala duas explicações para este facto, sendo elas: os pais apresentam uma compreensão mais global e idêntica acerca das situações negativas da relação coparental, quer da triangulação expressa por intermédio da hostilidade verbal, quer também do conflito interparental relacionado com a educação dos filhos (dimensões indissociáveis); a hipótese alternativa sustenta o facto das mães revelarem maior tendência para manifestarem comportamentos de triangulação dos filhos, ou seja, neste âmbito, os pais evidenciam menos identificação com os comportamentos de coalizão com a criança e competitividade face ao outro progenitor (Pedro e Ribeiro, 2015).

### **5.2.3. Índice de *Stress* Parental: Versão Reduzida para Crianças Mais Novas (1 mês – 3 anos)**

O *stress* parental foi avaliado através da versão reduzida do Índice de *Stress* Parental (ISP- VR; Abidin e Santos, 2003, 2014). A referida escala corresponde à versão portuguesa do *Parenting Stress Index* (PSI), instrumento originalmente criado por R. Abidin (Abidin, 1995). No presente estudo, utilizou-se a versão para crianças mais novas (1 mês – 3 anos), cuja adaptação portuguesa se encontra em fase de validação, a ser desenvolvida por S.V. Santos. Importa esclarecer que, atualmente existe uma adaptação para a população



portuguesa do instrumento, destinada a crianças mais velhas, entre os 5 e os 10 anos de idade (Santos, 2008).

O Índice de *Stress* Parental pretende avaliar o grau de *stress* experimentado na relação diádica mãe/pai-criança (Abidin e Santos, 2003, 2014). Este instrumento é aplicado individualmente às figuras parentais e a sua administração visa recolher a perceção pessoal da mãe/pai acerca do seu próprio comportamento (autoavaliação) nas diversas tarefas quotidianas, potenciais geradores de sentimentos de tensão e frustração.

A versão reduzida do ISP para crianças mais novas (ISP-VR) é composta por 36 itens, respondidos segundo uma escala de tipo *Likert* de cinco pontos, que varia entre “Concordo Completamente” a “Discordo Completamente”. Esta versão reduzida foi desenvolvida a partir da prova mais extensa, constituída por 128 itens. Na prova utilizada nesta investigação, os itens encontram-se repartidos uniformemente em três subescalas – Criança Difícil, Dificuldade Parental e Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança, cada uma delas integrando 12 itens (Abidin, 1990). Deste modo, importa descrevermos cada uma das subescalas, assumindo o seguinte significado: a subescala “Criança Difícil” engloba o modo como os pais percebem o filho ao nível da prestação de cuidados, ou seja, é avaliado o grau de exigência (fácil/difícil) para responder às necessidades do bebé/criança; no que respeita à subescala “Dificuldade Parental”, os pais avaliam em que medida se sentem competentes, apoiados, deprimidos e/ou condicionados em relação a outras esferas da sua vida, fruto da experiência da parentalidade; a terceira subescala “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança”, permite que as figuras parentais identifiquem o nível de satisfação relacional com o filho, mas também, com a interação triádica (mãe-pai-bebé). A soma da totalidade dos 36 itens faculta a obtenção do resultado “Total de *Stress*” (Abidin, 1995), significado que assume expressão consoante o maior ou menor nível de *stress* parental neste somatório, bem como, nas subescalas do instrumento.

A cotação do ISP-VR processa-se através de um mecanismo pouco frequente, utilizando-se o sistema de “pontuações invertidas”. Com isto quer dizer-se que se atribuem os valores de “5” às respostas com conotação positiva (“*Concordo Completamente*”) e as pontuações de “1” para as respostas de cariz negativo (“*Discordo Completamente*”). O procedimento invertido justifica-se pelos itens apresentados que indigam a maiores fontes de *stress* parental, por isso, uma maior identificação com dado item, poderá corresponder a elevados sentimentos de tensão e inadequação no desempenho das práticas parentais.

A consistência interna deste instrumento é classificada como satisfatória, no entanto, os valores disponíveis dos coeficientes *Alfa de Cronbach* englobam também a população

alvo de crianças em idade escolar (Santos, 2011). Assim, obtiveram-se os seguintes parâmetros para cada uma das subescalas: Criança Difícil,  $\alpha = 0.78$ ; Dificuldade Parental,  $\alpha = 0.79$ ; Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança,  $\alpha = 0.71$ ; para o Total de *Stress*,  $\alpha = 0.88$ .

Os valores anteriormente designados para o ISP-VR podem ser contrastados com a presente investigação. Para a população alvo deste estudo, os índices do *Alfa de Cronbach* nas três dimensões da escala, foram: Criança Difícil,  $\alpha = 0.83$ ; Dificuldade Parental,  $\alpha = 0.78$ ; Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança,  $\alpha = 0.68$ ; para o Total de *Stress*,  $\alpha = 0.87$ .

### 5.3. Procedimentos de Recolha de Dados

O processo de recolha de dados do presente estudo, foi efetuado com base em dois métodos distintos: o primeiro, concentrou-se numa recolha dirigida a informadores privilegiados, isto é, a elementos próximos da investigadora, tais como familiares e amigos; a segunda e principal técnica utilizada, reportou-se ao contacto com diversas instituições educativas de apoio à infância (Creches/Jardins de Infância), sediadas no concelho de Évora. A amostra que integra esta investigação, iniciou-se no mês de Março e findou no mês de Julho.

No que concerne à primeira metodologia enunciada, é possível descrever que a mesma se processou num contexto informal comparativamente ao outro sistema de recolha de dados, visto que, se trataram de sujeitos conhecidos da dinamizadora do estudo. De referir que, a maioria deste grupo de participantes foi contactado via telefónica, sendo que, posteriormente à confirmação e disponibilidade para colaborar, a investigadora deslocou-se aos respetivos locais de residência. Porém, excetua-se o caso de quatro participantes, tendo sido solicitado a uma correspondente fidedigna, a aplicação adequada dos instrumentos utilizados neste estudo. O procedimento implementado em ambas as situações, realizou-se de modo idêntico, resumindo-se, numa primeira fase, ao esclarecimento dos objetivos com que a investigação se propunha, frisando-se o total anonimato e sigilo das respostas fornecidas nos questionários. Posteriormente a estas indicações, foram entregues aos intervenientes, o Termo de Consentimento Informado, e, de seguida, os três questionários utilizados na investigação (Questionário Sociodemográfico, Questionário da Coparentalidade, Índice de *Stress* Parental - VR, respetivamente). Importa mencionar que o grupo de sujeitos submetidos ao método de recolha acima descrito, recebe a designação de “Informadores Privilegiados”. Assim, considere-se que, nestas circunstâncias, os inquiridos entregues destinaram-se a **46** potenciais participantes (23 mães; 23 pais), contudo, apenas foram devolvidos e validados no total, **26** questionários a integrar na amostra.

Relativamente ao segundo método de recolha de dados, tal como já foi mencionado, visou a obtenção de participantes através do recurso a Creches e Jardins de Infância, todos eles localizados no concelho de Évora. O conhecimento e informações geográficas acerca das instituições, desenvolveu-se através de uma pesquisa eletrónica, realizada previamente ao contacto presencial com estas.

O procedimento implementado nesta metodologia, desenvolveu-se de modo uniformizado, sendo que todos os contactos estabelecidos entre as instituições de apoio à infância e a investigadora foram efetuados presencialmente, deslocando-se até às mesmas para que o procedimento fosse executado de forma exequível e credível. Como tal, a comunicação com as diversas entidades executou-se individualmente, ao que o processo de entrega e respetiva recolha se revelou mais prolongado. Este processo de contacto com as instituições ocorreu da seguinte forma: num primeiro momento, foi solicitado a cada recetor, a possibilidade de dialogar com a Coordenadora do espaço educativo; em seguida, a investigadora apresentou-se, dando igualmente a conhecer o estudo empírico e objetivos com que se propunha o mesmo; numa terceira fase, solicitou-se a autorização da responsável para que fossem facultados alguns questionários à população alvo da investigação (pais e mães de bebés/crianças entre o 1º e 36º mês de vida); para o efeito, os inquéritos estavam devidamente organizados e equitativamente distribuídos pelos dois grupos de participantes, de modo a facilitar o correto preenchimento pelas figuras parentais, ou seja, os mesmos estavam agrupados em dois conjuntos, um deles com a identificação “mães”, e um outro com o separador para os “pais”; finalmente, após a sua permissão, as dirigentes de cada instituição responsabilizaram-se pela entrega e posterior recolha às salas de creche, tendo assim em conta, a amostra de conveniência deste estudo empírico. O procedimento realizado não correspondeu, no entanto, ao que fora inicialmente proposto (investigadora estar presente com os pais, dando-lhes a conhecer o projeto e o propósito do mesmo), pois na primeira instituição contactada, a Diretora afirmou que esse procedimento se afigurava contra as normas legais, pois, o facto de estar presente uma figura desconhecida perto das crianças, poderia comprometer a sua segurança.

Para a recolha da amostra pretendida, contactaram-se 16 Creches/Jardins de Infância do concelho de Évora. Todas as instituições se mostraram bastante cooperantes, com exceção de uma, que afirmou estar indisponível para colaborar na recolha de dados, alegando motivos de sobrelotação destas práticas. De acordo com a nossa metodologia, foram entregues nestes centros educativos, um total de **540** questionários, dos quais, foram devolvidos **258** inquéritos válidos e **19** inválidos.

Por fim, importa fazer referência aos questionários classificados como inválidos. De entre as razões que justificam a sua exclusão nesta amostra, podemos enumerar: 10 questionários foram preenchidos incorretamente (as mães responderam aos questionários destinados aos pais e vice-versa); em 4 casos, foi excedido o limite de idade da população alvo (pais de bebés/crianças até aos 36 meses ou 3 anos); constatou-se que em 2 questionários, não foi compreendido o solicitado, tendo o pai e mãe riscado a parte “O pai”/ “A mãe” e assinalado o sexo correspondente ao seu, isto é, forneceram as perceções respeitantes a si próprios; verificou-se que 2 questionários inválidos apresentavam lacunas na especificação da idade em meses do bebé/criança tomado como referência; no restante questionário pode considerar-se que está patente um lapso por parte da investigadora, pois a figura parental tinha 6 filhos, dispondo o enunciado somente de 5, pelo que a informação relativa ao bebé/criança (sexo) não houvera sido facultada.

#### **5.4. Procedimentos de Análise de Dados**

Neste estudo, tal como foi possível compreender através da descrição dos instrumentos utilizados, o paradigma subjacente está incluído numa metodologia quantitativa, tendo, assim, por base, uma técnica centrada em procedimentos estatísticos. De realçar ainda que, para a análise e tratamento de dados, recorreu-se ao *software* informático *SPSS* (Versão 24).

A primeira parte do estudo foi dedicada a um enquadramento sobre as variáveis sociodemográficas, procedendo-se a análises descritivas com o propósito de caracterizarmos a população inquirida. Para o efeito, utilizou-se o cálculo de médias, desvios-padrão, valores mínimos e máximos, mas também, frequências e percentagens. No momento seguinte, realizámos o procedimento idêntico para as dimensões da Coparentalidade (Cooperação, Conflito), avaliadas através do “Questionário da Coparentalidade”, e, posteriormente, para as subescalas do *Stress* Parental (Criança Difícil, Dificuldade Parental, Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança), aferidas a partir do “Índice de *Stress* Parental”. Note-se que, os resultados verificados em ambos os instrumentos, encontrar-se-ão estruturados com a indiferenciação do sexo dos pais.

Previamente ao procedimento de análise de dados, verificaram-se os pressupostos subjacentes à utilização dos testes paramétricos (normalidade da distribuição e homogeneidade das variâncias).

Tendo em conta o processo de análises estatísticas que suportam o estudo das hipóteses, importa referir que foram utilizados testes correlacionais e diferenciais.

Inicialmente, para determinar as inter-relações dos dois instrumentos, utilizaram-se os Coeficientes de Correlação de Spearman. No que respeita às hipóteses que sugeriam a realização de análises diferenciais, como a variação dos dois domínios em função do sexo dos pais e dos bebés, procedeu-se à utilização do Teste T para amostras independentes. Contudo, existe a exceção referente ao estudo diferencial entre as subescalas do *stress* parental e a situação profissional dos pais, no qual se utilizou o Teste de Kruskal-Wallis, estando reunidas as condições de estarmos perante 3 ou mais grupos independentes. Por fim, utilizámos novamente correlações de Spearman para determinar a relação entre os domínios avaliados e diversas variáveis sociodemográficas (idade dos pais e do bebé, nível de escolaridade e número de filhos das figuras parentais).

## 6. Resultados

Atendendo ao que foi mencionado anteriormente, realizámos uma análise descritiva para cada subescala das duas provas, constando a média obtida e respetivo desvio-padrão, assim como, os valores mínimos e máximos observados (Quadro 6). No que concerne às dimensões da coparentalidade, constatamos que as figuras parentais percecionam sobretudo comportamentos de suporte na relação coparental que é estabelecida consigo ( $M = 11.15$ ;  $DP = 1.52$ ), sendo que, a representação de atitudes hostis é nitidamente mais baixa ( $M = 5.35$ ;  $DP = 1.13$ ). Em relação às pontuações mínimas e máximas, os pais revelam valores extremos iguais (Mínimo – 2.50, Máximo – 12.50). Ao concentrarmo-nos no constructo do *stress* parental, denotam-se sobretudo os fatores “Criança Difícil” ( $M = 12.37$ ;  $DP = 3.61$ ) e “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” ( $M = 12.20$ ;  $DP = 2.48$ ), figurando com valores médios semelhantes. A sua amplitude de pontuações é também similar, verificando-se os seguintes valores: Mínimo – 6.00 e Máximo – 25.00; Mínimo – 7.50 e Máximo – 25.50, respetivamente. Encontramos para a dimensão “Dificuldade Parental” pontuações médias mais baixas comparativamente às enunciadas ( $M = 9.45$ ;  $DP = 2.17$ ), indicando previsivelmente também uma amplitude mais reduzida entre os de valores extremos (Mínimo – 6.50, Máximo – 18.00). Por fim, podemos destacar especialmente o somatório deste domínio (“Total de *Stress*”), com  $M = 34.02$  e  $DP = 6.53$ , oscilando as pontuações entre 22.50 e 53.00. De acordo com a prova original na versão reduzida, os níveis de *stress* para as figuras parentais situam-se na categoria “*Stress* Típico” (15-80 pontos), proposta por Abidin (1990).

## Quadro 6

*Dimensões da Coparentalidade e do Stress Parental – Média, Desvio-Padrão, Mínimo e Máximo*

	M	DP	Mínimo	Máximo
Cooperação	11.15	1.52	2.50	12.50
Conflito	5.35	1.13	2.50	12.50
Criança Difícil	12.37	3.61	6.00	25.00
Dificuldade Parental	9.45	2.17	6.50	18.00
Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança	12.20	2.48	7.50	24.50
Total de <i>Stress</i>	34.02	6.53	22.50	53.00

*N* = 284

Em seguida, para verificarmos os pressupostos dos testes paramétricos, recorreu-se ao teste da normalidade, no sentido de avaliar a distribuição das variáveis dependentes. A utilização dos testes estatísticos Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilks permitem-nos afirmar que estas variáveis não seguem uma distribuição normal ( $p < 0,05$ ), determinado assim o recurso a testes não paramétricos (Quadro 7). Além disso, pretendemos ainda constatar se o pressuposto da homogeneidade das variâncias é assegurado para os dois grupos avaliados (mães e pais), utilizando para o efeito, o Teste de Levene. À semelhança do procedimento anterior, conferimos que não existe homogeneidade das variâncias, pois todas as variáveis atingem o nível de significância convencional, isto é,  $p < 0.05$  (Martins, 2011).

## Quadro 7

*Teste da Normalidade*

	Kolmogorov-Smirnov		Shapiro-Wilk	
	Estatística	Significância	Estatística	Significância
Cooperação	0.19	0.00	0.79	0.00
Conflito	0.14	0.00	0.90	0.00

Total de <i>Stress</i>	0.07	0.00	0.98	0.00
------------------------	------	------	------	------

---

## 6.1. Estudo das Hipóteses

### 6.1.1. Relação entre a Coparentalidade e o *Stress* Parental

Numa primeira parte deste tópico, avaliámos as relações existentes entre os principais domínios estudados na presente investigação, analisadas através do Coeficiente de correlação de Spearman, dado que o pressuposto da normalidade não foi assegurado. Tal como era esperado, a coparentalidade evidencia uma associação negativa com o *stress* parental, pois o primeiro domínio centra-se nos aspetos que promovem a parentalidade (positivos), enquanto o segundo detém o foco na experiência aversiva desta. No mesmo sentido, confirmamos que as dimensões negativas da parentalidade (“Conflito”) estabelecem uma correlação positiva com as subescalas do *stress* parental, conforme era também esperado.

#### 6.1.1.1. Análise correlacional entre a dimensão “Cooperação” e as subescalas “Criança Difícil”, “Dificuldade Parental”, “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” e “Total de *Stress*” nas figuras parentais

De acordo com o Quadro 8, as figuras parentais revelam correlações negativas e estatisticamente significativas entre a “Cooperação” e “Criança Difícil” ( $\rho = -0.26$ ;  $p = 0.00$ ), bem como, nas dimensões “Cooperação” e “Total de *Stress*” ( $\rho = -0.19$ ;  $p = 0.02$ ). Além disso, verifica-se que também existe uma associação negativa e estatisticamente significativa entre a “Cooperação” e a subescala “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” ( $\rho = -0.13$ ;  $p = 0.03$ ). Quanto à correlação com a dimensão “Dificuldade Parental” ( $\rho = -0.10$ ;  $p > 0.05$ ), verifica-se que existem correlações negativas, porém, marginalmente significativas.

Como tal, no que respeita às correlações entre a “Cooperação” e as subescalas do *stress* parental, verificamos que a hipótese 1.1 é confirmada na sua totalidade.

#### Quadro 8

*Análise da relação entre a dimensão “Cooperação” e as subescalas “Criança Difícil”, “Dificuldade Parental”, “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” e “Total de *Stress*” nas figuras parentais através do Coeficiente de Spearman*

<u>Cooperação</u>	<b>Figuras Parentais</b>	
	Coeficiente de Correlação ( $\rho$ )	P-Value
Criança Difícil	-0.26**	0.00
Dificuldade Parental	-0.10	0.11
Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança	-0.13*	0.03
Total de <i>Stress</i>	-0.23**	0.00

\*\*  $p < 0.01$

\*  $p < 0.05$

#### **6.1.1.2. Análise da relação entre a dimensão “Conflito” e as subescalas “Criança Difícil”, “Dificuldade Parental”, “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” e “Total de *Stress*” nas figuras parentais**

Os resultados constatados a partir do Coeficiente de Spearman permitem concluir que todas as dimensões consideradas, apresentam correlações estatisticamente significativas (Quadro 9). Através da sua análise, podemos enunciar os seguintes valores para cada correlação: a interação entre o “Conflito” e o “Total de *Stress*” ( $\rho = 0.26$ ;  $p = 0.00$ ); a relação entre a subescala “Conflito” e “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” ( $\rho = 0.25$ ;  $p = 0.00$ ); encontramos ainda correlações estatisticamente significativas entre o “Conflito” e a subescala “Criança Difícil” ( $\rho = 0.23$ ;  $p = 0.00$ ); por fim, a associação entre o “Conflito” e a subescala “Dificuldade Parental” ( $\rho = 0.09$ ;  $p = 0.13$ ).

Assim, as correlações verificadas entre a subescala “Conflito” e as três dimensões do *stress* parental, parecem confirmar parcialmente a hipótese 1.2.

#### **Quadro 9**

*Análise da relação entre a dimensão “Conflito” e as subescalas “Criança Difícil”, “Dificuldade Parental”, “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” e “Total de *Stress*” nas figuras parentais através do Coeficiente de Spearman*

<u>Conflito</u>	<b>Figuras Parentais</b>	
	Coeficiente de Correlação ( $\rho$ )	P-Value
Criança Difícil	0.23**	0.00
Dificuldade Parental	0.09	0.13



Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança	0.25**	0.00
Total de <i>Stress</i>	0.26**	0.00

\*\*  $p < 0.01$

### 6.1.2. Análise diferencial da experiência da Coparentalidade (Cooperação e Conflito) em função do sexo dos pais e dos bebês

Neste ponto, apresentam-se os resultados referentes à comparação da coparentalidade, experimentada por mães e pais. Por isso, utilizou-se o Teste T para amostras independentes, com o objetivo de avaliar as diferenças em função do sexo das figuras parentais e dos bebês.

Os resultados mostram-nos que a experiência da coparentalidade apresenta diferenças significativas em função do sexo dos pais, tanto na subescala “Cooperação” ( $t = -4.46$ ;  $p = 0.00$ ), como na dimensão “Conflito” ( $t = 2.23$ ;  $p = 0.03$ ), o que nos leva a corroborar a hipótese inicialmente proposta (Quadro 10). Tal como é possível verificarmos, os pais tendem a perceber mais comportamentos de cooperação por parte da mãe dos seus filhos ( $M = 11.56$ ;  $DP = 1.10$ ) por comparação às figuras maternas em relação ao pai dos seus filhos ( $M = 10.78$ ;  $DP = 1.73$ ). Além disso, constatamos que as mães tendem a perceber mais conflito face ao pai dos seus filhos ( $M = 5.49$ ;  $DP = 1.30$ ), enquanto que as figuras paternas percebem menores níveis de conflito relativamente a estas ( $M = 5.19$ ;  $DP = 0.90$ ). Neste sentido, podemos considerar que os pais sentem maior satisfação com a relação coparental do que as mães.

#### Quadro 10

*Análise de comparação de médias relativamente à expressão da Coparentalidade em função do sexo dos pais através do Teste T para amostras independentes*

	Mães	Pais	t	p
	Média (DP)	Média (DP)		
Cooperação	10.78 (1.73)	11.56 (1.10)	-4.46	0.00
Conflito	5.49 (1.30)	5.19 (0.90)	2.23	0.03

O Quadro 11 informa-nos também sobre os valores médios da “Cooperação” e “Conflito” em função do sexo dos bebés. Com efeito, a perceção da “Cooperação” tende a ser ligeiramente superior quando os pais têm bebés do sexo feminino (M = 11.30; DP = 1.40), comparativamente às figuras parentais que têm bebés do sexo masculino (M = 11.10; DP = 1.60). No mesmo sentido, observamos os resultados relativos à perceção do “Conflito”, sendo ligeiramente superior nas figuras parentais que têm bebés do sexo feminino (M = 5.37; DP = 1.21), em comparação com pais que têm bebés do sexo masculino (M = 5.34; DP = 1.08).

Relativamente aos resultados obtidos na análise diferencial da expressão da coparentalidade em função do sexo dos bebés, constatamos que não existem diferenças estatisticamente significativas, tanto na dimensão afeta ao suporte parental ( $t = 0.57$ ;  $p = 0.57$ ), como na manifestação de comportamentos discordantes nas figuras parentais ( $t = 0.24$ ;  $p = 0.81$ ).

A partir dos resultados anteriormente enunciados, verificamos que a hipótese 2 é parcialmente confirmada.

### **Quadro 11**

*Análise de comparação de médias relativamente à expressão da Coparentalidade em função do sexo dos bebés através do Teste T para amostras independentes*

	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>	t	p
	(n = 126)	(n = 158)		
	Média (DP)	Média (DP)		
Cooperação	11.20 (1.40)	11.10 (1.60)	0.57	0.57
Conflito	5.37 (1.21)	5.34 (1.08)	0.24	0.81

#### **6.1.3. Análise da relação entre a Coparentalidade e a idade dos bebés (meses)**

Para aferir a hipótese formulada, procedeu-se a uma análise correlacional, visando estudar a associação entre o domínio da Coparentalidade e a variável acima identificada.

Os resultados do estudo correlacional entre a Coparentalidade e a idade dos bebés obtiveram-se através do recurso ao Coeficiente de Spearman. No Quadro 12 podemos constatar que os comportamentos de suporte parental e a idade dos bebés apresenta uma relação positiva ( $\rho = 0.01$ ;  $p = 0.87$ ). Em simultâneo, a tabela mostra-nos que os

comportamentos discordantes nas figuras parentais evidenciam igualmente uma relação positiva com a idade dos bebés ( $\rho = 0.10$ ;  $p = 0.10$ ).

Apesar de não encontrarmos resultados estatisticamente significativos para ambas as correlações, a tendência dos valores permite-nos considerar que a coparentalidade revela uma estabilidade ao longo da transição para a parentalidade.

Neste caso, concluímos que a hipótese 3 é parcialmente corroborada.

## Quadro 12

*Análise da relação entre a Coparentalidade e a idade dos bebés (meses) através do Coeficiente de Spearman*

	Idade dos Bebés (Meses)	
	Coeficiente de Correlação ( $\rho$ )	P-Value
Cooperação	0.01	0.87
Conflito	0.10	0.10

### 6.1.4. Análise diferencial dos níveis de *stress* parental em função do sexo das figuras parentais e da sua situação profissional

Os resultados referentes à experiência do *stress* parental em função do sexo das figuras parentais são demonstrados no Quadro 13. Segundo a leitura do mesmo, constatam-se diferenças estatisticamente significativas entre mães e pais ao nível das dimensões “Criança Difícil” ( $t = 4.43$ ;  $p = 0.00$ ) e “Total de *Stress*” ( $t = 2.60$ ;  $p = 0.01$ ). No que respeita às subescalas “Dificuldade Parental” ( $t = 0.04$ ;  $p > 0.05$ ) e “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” ( $t = 0.55$ ;  $p > 0.05$ ), concluímos que não existem diferenças significativas quando comparadas entre mães e pais.

Ainda neste ponto, saliente-se que será tomada como referência particularmente a dimensão “Total de *Stress*”, visto que, integra o conjunto das subescalas que discriminam o constructo.

## Quadro 13

*Análise de comparação de médias relativamente aos níveis de stress parental em função do sexo dos pais através do Teste T para amostras independentes*

	Mães	Pais	t	p
	Média (DP)	Média (DP)		
Criança Difícil	13.22 (3.83)	11.40 (3.07)	4.43	0.00
Dificuldade Parental	9.46 (2.25)	9.45 (2.08)	0.04	0.97
Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança	12.27 (2.48)	12.11 (2.50)	0.55	0.58
Total de <i>Stress</i>	34.95 (6.79)	32.96 (6.08)	2.60	0.01

A análise dos níveis de *stress* parental experimentados em função da situação profissional das figuras parentais foi realizada com recurso ao Teste de Kruskal-Wallis. No Quadro 14 figuram os valores obtidos para cada parâmetro da variável “Situação Profissional”, com base nos níveis de *stress* parental experimentados. Na subescala “Criança Difícil”, os resultados obtidos para cada um dos parâmetros da variável foram: para os sujeitos “Empregados” (M = 140.46), os pais “Desempregados” (M = 161.79) e as figuras parentais que apresentavam “Outra” situação profissional (M = 184.25). A dimensão “Dificuldade Parental” apresenta os seguintes valores médios: pais “Empregados” (M = 141.09), “Desempregados” (M = 166.00) e pais que revelavam “Outra” situação profissional (M = 123.13). Quanto à subescala “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança”, constatamos que as figuras parentais obtiveram os seguintes valores médios: “Empregados” (M = 141.55), “Desempregados” (M = 162.21) e os que afirmam ter “Outra” situação profissional (M = 110.75). Por fim, no domínio do “Total de *Stress*” os resultados para cada parâmetro da variável foram os seguintes: os sujeitos “Empregados” (M = 140.19), pais “Desempregados” (M = 168.97) e as figuras parentais que apresentam “Outra” situação profissional (M = 167.38).

Os dados fornecidos pelo quadro 15, permitem-nos analisar as evidências estatísticas para cada dimensão da escala: “Criança Difícil” ( $\chi^2 = 2.25$ ;  $p > 0.05$ ), “Dificuldade Parental” ( $\chi^2 = 1.88$ ;  $p > 0.05$ ), “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” ( $\chi^2 = 1.74$ ;  $p > 0.05$ ) e “Total de *Stress*” ( $\chi^2 = 2.55$ ;  $p > 0.05$ ). De acordo com a análise estatística, não existem diferenças estatisticamente significativas ao nível do *stress* parental em função da situação profissional dos pais.

Com base nos dados anteriores, a hipótese 4 é confirmada parcialmente.

#### Quadro 14

*Análise de comparação de médias relativamente aos níveis de stress parental em função da situação profissional das figuras parentais através do Teste de Kruskal-Wallis ( $\chi^2$ )*

	Situação Profissional			$\chi^2$	p
	Média Rank				
	<b>E</b> (n = 261)	<b>D</b> (n = 19)	<b>O</b> (n = 4)		
Criança Difícil	140.46	161.79	184.25	2.25	0.33
Dificuldade Parental	141.09	166.00	123.13	1.88	0.39
Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança	141.55	162.21	110.75	1.74	0.42
Total de <i>Stress</i>	140.19	168.97	167.38	2.55	0.28

*Nota.* Considere-se as seguintes designações: **E** (Empregado); **D** (Desempregado); **O** (Outro)

#### 6.1.5. – Análise da relação entre os níveis de *stress* parental com as variáveis idade dos pais, nível de escolaridade, número de filhos das figuras parentais e a idade do bebé

Inicialmente, será analisada a correlação entre a idade das figuras parentais e os níveis de *stress* que vivenciam. Os resultados que figuram no Quadro 15, mostram que a subescala “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” é a única dimensão que parece evidenciar uma conotação positiva com a idade dos pais ( $\rho = 0.09$ ;  $p = 0.14$ ), tal como foi sugerido pela literatura, embora não apresente uma relação forte e significativa. Num sentido oposto às investigações que suportam a hipótese, constatamos que as restantes dimensões consolidam uma associação negativa com a idade das figuras parentais, obtendo-se os seguintes coeficientes: “Criança Difícil” ( $\rho = -0.04$ ;  $p = 0.54$ ), “Dificuldade Parental” ( $\rho = -0.04$ ;  $p = 0.55$ ) e “Total de *Stress*” ( $\rho = -0.01$ ;  $p = 0.90$ ).

#### Quadro 15

*Análise da relação entre o Stress Parental e a idade das figuras parentais através do Coeficiente de Spearman*

	<b>Idade das Figuras Parentais</b>	
	Coeficiente de Correlação ( $\rho$ )	P-Value
Criança Difícil	-0.04	0.54
Dificuldade Parental	-0.04	0.55
Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança	0.09	0.14
Total de <i>Stress</i>	-0.01	0.90

Relativamente às correlações verificadas entre o domínio do *stress* parental e o número de filhos das figuras parentais, o Quadro 16 mostra-nos que as subescalas “Dificuldade Parental” ( $\rho = 0.01$ ;  $p = 0.93$ ) e “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” ( $\rho = 0.03$ ;  $p = 0.61$ ) são as únicas dimensões que confirmam as evidências empíricas, as quais expressam uma relação positiva com o número de filhos, apesar de não esboçarem resultados estatisticamente significativos. Todavia, existem relações negativas nas correlações entre a subescala “Criança Difícil” e o número de filhos das figuras parentais ( $\rho = -0.01$ ;  $p = 0.87$ ), verificando-se igualmente a mesma situação na associação entre o “Total de *Stress*” e esta variável respeitante à estrutura familiar ( $\rho = -0.01$ ;  $p = 0.91$ ).

### **Quadro 16**

*Análise da relação entre o Stress Parental e o número de filhos das figuras parentais através do Coeficiente de Spearman*

	<b>Número de filhos</b>	
	Coeficiente de Correlação ( $\rho$ )	P-Value
Criança Difícil	-0.01	0.87
Dificuldade Parental	0.01	0.93
Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança	0.03	0.61
Total de <i>Stress</i>	-0.01	0.91

De seguida, pretendeu-se avaliar a relação entre os níveis de *stress* parental e a idade dos bebés, em meses (Quadro 17). A partir da leitura da mesma, constatamos que a maioria das dimensões referentes ao *stress* parental, evidenciam uma relação positiva com a idade

dos bebés, obtendo-se os seguintes resultados: a correlação entre a subescala “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” e a idade dos bebés revela uma relação positiva e estatisticamente significativa, conforme os dados encontrados na revisão de literatura; em simultâneo a associação entre a idade dos bebés e as dimensões “Dificuldade Parental” e “Total de *Stress*” denotam também correlações positivas, mas não significativas. Por contraponto, salienta-se a subescala “Criança Difícil”, que manifesta uma tendência negativa, oposta aos resultados sugeridos em estudos empíricos.

### Quadro 17

*Análise da relação entre o Stress Parental e a idade dos bebés (meses) através do Coeficiente de Spearman*

	Idade dos bebés (meses)	
	Coeficiente de Correlação ( $\rho$ )	P-Value
Criança Difícil	-0.05	0.37
Dificuldade Parental	0.02	0.71
Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança	0.14*	0.02
Total de <i>Stress</i>	0.02	0.70

\*  $p < 0.05$

Em última instância, procedemos ao estudo correlacional entre o nível de escolaridade das figuras parentais e os níveis de *stress* experimentados (Quadro 18). De acordo com os dados do quadro, a subescala “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” revela correlações estatisticamente significativas com a escolaridade das figuras parentais ( $\rho = 0.13$ ;  $p = 0.03$ ). As dimensões “Criança Difícil” ( $\rho = 0.06$ ;  $p = 0.33$ ) e “Total de *Stress*” ( $\rho = 0.06$ ;  $p = 0.29$ ), apesar de não evidenciarem associações significativas, demonstram uma tendência negativa, contrariando também as evidências empíricas. No entanto, a subescala “Dificuldade Parental” apresenta uma correlação negativa com o nível de escolaridade dos pais ( $\rho = -0.07$ ;  $p = 0.23$ ), facto que vai ao encontro dos estudos empíricos.

Por fim, podemos concluir que a hipótese 5 é confirmada parcialmente, uma vez que, nem todas as variáveis apresentam um grau de significância estatística.

## Quadro 18

*Análise da relação entre o Stress Parental e o nível de escolaridade das figuras parentais através do Coeficiente de Spearman*

	Nível de Escolaridade das Figuras Parentais	
	Coeficiente de Correlação ( $\rho$ )	P-Value
Criança Difícil	0.06	0.33
Dificuldade Parental	-0.07	0.23
Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança	0.13*	0.03
Total de <i>Stress</i>	0.06	0.29

\*  $p < 0.05$

## 7. Discussão de Resultados

Neste tópico discutem-se os principais resultados deste estudo, sendo analisados com base em recursos teóricos e empíricos previamente desenvolvidos.

Num primeiro momento, procurou explorar-se a relação entre a experiência da coparentalidade e a manifestação do *stress* parental. Os constructos estudados evidenciam uma associação negativa, na medida em que, a coparentalidade incita a conteúdos positivos da parentalidade (e.g. cooperação), enquanto o *stress* parental, compreende dimensões negativas, como as reações de frustração perante o exercício da parentalidade. A revisão de literatura mostrou que a coparentalidade apresenta uma relação altamente significativa com os baixos níveis de *stress* parental, pelo que é salientada a comunicação interparental como um dos fatores mais relevantes para a minimização dos sentimentos de fragilidade emocional, ao mesmo tempo que os comportamentos empáticos na relação parental (e.g., a partilha da sua experiência através da compreensão das angústias, medos e dificuldades do cônjuge) parecem também funcionar como facilitadores na transição para a parentalidade (May et al., 2015; Thullen e Bonsall, 2017; Kaźmierczak, Kiełbratowska, Karasiewicz, 2015). Outros autores, como Durtschi, et al. (2016), caracterizam a relação entre os dois constructos como uma “interação sinérgica”, ou seja, a coparentalidade assente no suporte, evoca sentimentos de quietude nas figuras parentais, porém, quando identificadas emoções negativas face à parentalidade, a relação coparental tende a ser exercida com base em atitudes de oposição, disputa e manipulação da criança.



Em seguida, procurou explorar-se a relação entre o principal fator da coparentalidade, a “Cooperação” e as dimensões “Criança Difícil”, “Dificuldade Parental”, “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” e “Total de *Stress*”. Com efeito, os resultados remetem-nos para a conclusão de que, a escassa aliança coparental, está intimamente associada com as características individuais dos pais (personalidade, temperamento) perante a vivência da parentalidade, compreendida, segundo os nossos resultados, como uma realidade bastante exigente a nível emocional (“Criança Difícil”). Similarmente, a ausência de suporte coparental encontra-se relacionada com a disfuncionalidade na interação triádica (“Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança”), mas também, com as expectativas em relação ao desenvolvimento do bebé e a perceção de autoeficácia (“Dificuldade Parental”), ainda que o seu efeito seja marginalmente significativo. A falta de cooperação parental denota problemáticas como a instabilidade emocional e a sensação de isolamento social, verificando-se que, face a este panorama, os pais exibem um baixo controlo à frustração, menor capacidade de resiliência e dificuldade para adotar um estilo parental “autoritativo”, isto é, pais exigentes e responsivos (Liu et al., 2017; Schiltz et al., 2018; Marques, 2013). A baixa perceção de suporte coparental acarreta igualmente sentimentos de inquietude e receio relativamente à competência e eficácia no papel parental. De acordo com a literatura, as práticas parentais que desencadeiam mais tensão emocional estão aliadas às necessidades internas da criança, estando as mesmas intrinsecamente ligadas ao seu desenvolvimento psicológico, como por exemplo, a capacidade de controlar os estados de frustração, por oposição à necessidade de satisfação imediata (Pinto et al., 2016; Luís, 2016). Além disso, segundo Darwiche et al. (2016), a ausência de tolerância a situações de *stress*, compromete ainda o estabelecimento de uma interação afetiva com o bebé, e, consecutivamente, a consolidação de uma relação de vinculação, garante de segurança e proteção para este último. Deste modo, a parentalidade que é experienciada pela primeira vez pode também assumir influência nos nossos resultados, pois a falta de experiência para cuidar do bebé é um fundamento que reforça a dificuldade em desempenhar adequadamente as funções enquanto figura parental.

Segundo Feiberg, Jones, Hostetler, Roettger, Paul e Ehrental (2016), a transição para a parentalidade é considerada uma etapa conturbada no relacionamento interparental, envolvendo regularmente situações de conflito, e, por conseguinte, maiores níveis de *stress*. A experiência de uma relação coparental marcada pela oposição e desentendimentos sobre a criança, apresenta um efeito retroativo nas características idiossincráticas dos pais (“Criança Difícil”) e na interação que estabelecem com a criança (“Interação Disfuncional Mãe/Pai-

Criança”). Como já fora referido, o conflito interparental surge de fatores intrínsecos (e.g., sentimentos de incompetência no exercício parental) e extrínsecos (e.g., frustração pela ausência de suporte ou isolamento social) ao sujeito, consolidando assim, estados emocionais desadaptativos ao papel de cuidador (Johansson, Svensson, Stenström e Massoudi, 2017; Delvecchio et al., 2015). Quanto à dimensão que aborda a comunicação entre pais-bebé, podemos salientar que uma relação coparental disfuncional influencia a afetividade e envolvência na interação com a criança (Tissot, Favez, Frascarolo e Despland, 2016). Ao nível do afeto estabelecido com a mesma, os estudos relatam que o humor é interpretado como negativo e perturbador, desencadeando, por sua vez, uma menor envolvência ou retirada da relação parental (Feinberg, 2003; Richardson et al., 2018).

Na comparação dos índices de coparentalidade em função do sexo dos pais, verificamos que existem diferenças estatisticamente significativas quanto à perceção sobre como o outro progenitor age relativamente aos comportamentos de suporte e conflito no desempenho do papel parental. Estes resultados vão ao encontro do estudo desenvolvido por Van Egeren e Hawkings (2004), no qual, as autoras concluem que são as figuras paternas que demonstram visivelmente mais satisfação com a relação coparental (Cooperação). A reorganização do sistema familiar e as mudanças da vida (interna e externa do sujeito), consideram-se como um processo normativo na transição para a parentalidade, sendo que, as diferenças encontradas podem ser justificadas de acordo com os seguintes aspetos: a parentalidade é vivida mais intensamente por parte das mães, pois a sua presença é indispensável para suprir as necessidades básicas do bebé (e.g., amamentação; uma vida mais circunscrita ao espaço habitacional e não ao laboral); a distribuição desigual de tarefas domésticas, que normalmente é assumida pelas mães, facto que compromete também a aliança parental. Importa considerarmos que, quando os pais (masculino) responderam ao instrumento estavam a avaliar a sua relação coparental consoante o modo como as mães se comportavam na mesma. Neste sentido, a literatura refere também que os pais tendem a exibir mais comportamentos de suporte no domínio da coparentalidade, facto que se traduz em menos níveis de crítica e reprovação das mães. Christopher et al. (2015) complementam que, as mães ao afirmarem que o cônjuge manifesta baixos níveis de cooperação (e.g., pouco apoio no cuidar do bebé), resultado de uma experiência de coparentalidade negativa (conflito), poderão também incitar as figuras paternas à retirada do envolvimento na relação coparental.

Posteriormente, a análise dos níveis de coparentalidade (suporte e conflito percebidos relativamente ao outro progenitor) em função do sexo dos bebés, demonstrou que não

existem diferenças estatisticamente significativas entre as variáveis. Apesar disto, existem estudos que evidenciam resultados diferentes (e.g., Cooper, Osborne, Beck e McLanahan, 2011; Cooper et al., 2015). No entanto, podemos depreender que a indiferenciação do sexo é irrelevante para a construção de uma aliança coparental, visto que, dentro do espectro etário avaliado, os bebês de ambos os sexos apresentam igualmente grandes níveis de dependência por parte das figuras parentais (Laxman et al., 2013).

Face à relação entre o constructo da coparentalidade e a idade dos bebês, verifica-se que existe uma associação marginalmente significativa desta última variável com a manifestação de comportamentos hostis na dinâmica interparental. As conclusões retiradas por Teubert e Pinquart (2010), mostram-nos que o conflito na relação coparental evidencia particular relevância com a estabilidade emocional das crianças ao longo do seu desenvolvimento, sobretudo pelos efeitos marcantes que evocam na infância. Tome-se como exemplo, os sintomas de internalização (e.g., imagem diminuída de si próprio, predominando sentimentos de desvalorização) e externalização (e.g., violência verbal ou passagem ao ato; inibição em contexto social), simbolismo de maior vulnerabilidade para desenvolver perturbações de comportamento ou depressão (Lamela et al., 2015). No mesmo sentido, as características da criança (e.g., autonomia) desafiam também a relação coparental, na medida em que as figuras parentais enfrentam constantemente processos de adaptação a um ser que se torna progressivamente mais autónomo e individualizado, situação que pode gerar tensão e discórdia no exercício das funções parentais (Latham, Mark e Oliver, 2016).

As evidências encontradas no presente estudo, sugerem que os níveis de *stress* parental são experimentados distintamente por mães e pais (Widarsson et al., 2013). Tendo em conta a literatura recolhida, as mães reportam maior vulnerabilidade emocional comparativamente aos pais, facto justificado pela perceção de competência parental. Segundo Gordo et al., (2018), as figuras maternas esboçam uma representação de si próprias, menos competente no exercício da parentalidade, revelando, em simultâneo, baixos níveis de satisfação e autoeficácia no seu papel enquanto cuidadoras. Os resultados podem igualmente refletir os papéis tradicionais na distribuição de tarefas parentais, nas quais, as mães se dedicam mais ao cuidado físico dos bebês e ao seu suporte emocional, enquanto os pais executam práticas relacionadas com o suprimento de necessidades para promover o conforto do filho (e.g., alimentação, vestuário ou higiene). Além disso, como a amostra do estudo integra pais de bebês (altamente dependentes), compreendemos as diferenças significativas encontradas na subescala “Criança Difícil”, pois esta faixa etária implica uma

elevada exigência por parte dos pais, e, neste caso, maioritariamente assumida pelas mães (Laxman et al., 2013).

Todavia, a situação profissional apresentada no momento atual não evidenciou diferenças significativas nos níveis de *stress* parental. Ao considerarmos a condição profissional, importa referir que faremos alusão sobretudo aos sujeitos que afirmaram estar “empregados”, pois a quase totalidade da amostra identificou essa mesma situação profissional (n = 261), não sendo possível realizar uma comparação equitativa face aos outros estados. Padilla, Lara e Álvarez-Dardet (2010) salientam que o número de horas despendidas no contexto laboral e a dificuldade em flexibilizar o meio familiar e profissional, contribuem para que as figuras parentais empregadas manifestem mais sentimentos de angústia e ansiedade perante as responsabilidades parentais. Não obstante, os autores mencionam também que, apesar de existir uma influência recíproca entre os sistemas (familiar-laboral), as evidências podem demonstrar um efeito contrário, isto é, um maior número de horas dedicadas no contexto profissional, permitem às figuras parentais gerir melhor o seu tempo disponível, através de uma maior dedicação com o seu desempenho no papel parental.

Tomando como referência a relação entre os níveis de *stress* e a idade dos pais, constatamos que as figuras parentais mais novas evidenciam sentimentos de fragilidade emocional mais elevados, associados à parentalidade. Na realidade, a falta de preparação e a inexperiência para desempenharem as responsabilidades parentais, parecem constituir-se como fatores de vulnerabilidade aos sentimentos de desequilíbrio emocional no papel enquanto pais (Moreira, 2010). Numa interpretação inversa à anterior, insere-se a investigação desenvolvida por Silva (2012), na qual é explicitado que, consoante a idade vai aumentando, a falta de controlo dos pais para lidar com situações adversas da parentalidade diminui (e.g., choro do bebé). Logo, este facto aparenta também ser verosímil, pois, como sabemos, atualmente existem diversos fatores sociais que influenciam o início de uma parentalidade mais tardia, sendo que, a título de curiosidade, a mesma ronda os 30 anos (Pordata, 2018 – dados 2016).

Os níveis de *stress* parental e o número de filhos das figuras parentais parecem não evidenciar uma relação significativa, embora se confirme parcialmente a tendência positiva esperada. De acordo com Padilla et al. (2010), o maior número de filhos estabelece-se como um indicador das reações de instabilidade emocional nos pais, sobretudo ao nível da perceção da “Dificuldade Parental”, isto é, as expetativas destes em relação ao comportamento adaptativo do bebé/criança. Com efeito, um maior número de filhos ou o

nascimento de um novo elemento, implica uma reorganização das interações familiares, facto que comprova a relação positiva entre a subescala “Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” e o desencadear de sentimentos aversivos à parentalidade (Luís, 2016).

Ainda nesta hipótese, tomando como referência a relação entre a variável “Idade” do bebé (meses) e os níveis de *stress* parental experimentados, conferimos que, os pais de crianças mais velhas, apresentam tendencialmente mais sentimentos e emoções aversivas no desempenho da parentalidade. As evidências dos estudos empíricos sustentam que a associação entre as variáveis poderá estar interligada com a sintomatologia depressiva no período pós-natal, onde as figuras parentais se encontram mais suscetíveis a sentir insegurança e preocupação com as suas capacidades para responder às necessidades do bebé, reflexo da adaptação a uma nova realidade (Guo et al., 2014). Numa primeira instância, as preocupações com o cuidado permanente do bebé, influenciam a disfuncionalidade relacional entre os pais (e.g., menor suporte físico e emocional para assumir as funções parentais, impregnando progressivamente um clima instável e conflito na relação coparental), e, conseqüentemente, interferem também na capacidade para estabelecer uma relação afetiva próxima e segura com o mesmo. Em consonância com os nossos resultados, Saisto, Salmela-Aro, Nurmi e Halmesmaki (2008), constataram que as características dos pais e particularmente a sua perceção relativamente ao humor do bebé são os fatores que exercem maior efeito na relação entre a idade do bebé e os níveis de *stress* experimentados pelas figuras parentais. Mais concretamente, reiteram que o temperamento do bebé poderá ser percebido pelos pais como negativo e perturbador, esboçando inevitavelmente sinais de “disfuncionalidade afetiva”, através de vocalizações que indiquem deslocamento ou frustração, por exemplo.

Num último momento, ao considerarmos a relação entre as variáveis sociodemográficas dos pais e os níveis de *stress* parental, os resultados mostram-nos que os pais com maiores níveis de escolaridade revelam uma propensão para manifestarem sentimentos de fragilidade emocional, contrariamente ao que as investigações empíricas sugeriam. As figuras parentais que esboçam maiores habilitações literárias demonstram também mais preocupações com a eficácia do seu desempenho no papel parental, assim como, em relação ao desenvolvimento bem-sucedido do bebé (Luís, 2016). Este aspeto é coincidente com os nossos resultados, onde os cuidadores evidenciam principalmente estados de preocupação face ao estabelecimento de regras e rotinas na vida do filho, procurando assim, colmatar as dificuldades emocionais que sentem no decurso da

parentalidade e corresponderem à representação de figuras idóneas, responsáveis e resilientes.

## Conclusão

Neste ponto, pretendemos enfatizar os principais contributos e conclusões retiradas da presente investigação. Na conclusão deste estudo, faremos ainda referência às limitações do mesmo e a futuras propostas de investigação relacionadas com os constructos avaliados.

A parentalidade apresenta-se como um tópico abrangente, na medida em que se insere como uma etapa normativa do ciclo vital. Os resultados alcançados no nosso estudo demonstram a importância dos aspetos psicológicos e sociais na perceção subjetiva do sujeito em relação à experiência da coparentalidade e do *stress* parental. No mesmo sentido, procurámos enfatizar o impacto destes fenómenos no desenvolvimento comportamental e emocional da criança, bem como, na construção de uma relação securizante com outros significativos (e.g., avós, grupo de pares).

Como conclusões gerais resultantes do nosso estudo, salienta-se também a pertinência da coparentalidade na dinâmica familiar, estando o seu exercício profundamente interligado com o funcionamento interno dos pais e as características da relação conjugal (e.g., comunicação). A transição para a parentalidade ou uma nova vivência desta, assumem-se como uma realidade onde predominam sentimentos de vulnerabilidade emocional, sendo os mesmos, uma mudança inerente ao processo normativo de “Tornar-se Mãe/Pai”. A reorganização estrutural e o reequilíbrio emocional dos pais face a um novo membro da família (e.g., relação conjugal; rotinas), assim como, o desempenho do papel de cuidador responsável de forma contínua, representam transformações novas e intensas que têm impacto na interação com o bebé, constituindo-se, por isso, um repertório de desafios geradores de grande ansiedade/angústia. Neste sentido, emergem também, as inevitáveis preocupações e dúvidas acerca da competência para assumirem as práticas parentais ou ainda o medo das suas expectativas não serem correspondidas, situações que perpetuam a experiência de instabilidade emocional na parentalidade. Com efeito, conferimos nesta investigação, que os sentimentos de entreajuda (cooperação) regulam o processo de aprendizagem que é o exercício da parentalidade, na medida em que, a partilha e troca de ideias promove o desenvolvimento no papel enquanto pais.

Relativamente às evoluções alcançadas no seio da parentalidade, a elevada adesão e participação das figuras paternas neste estudo, parece demonstrar a sua crescente afirmação no desempenho do papel parental. Com efeito, a investigação sugere-nos que, atualmente, os pais tendem a adotar uma postura mais ativa e de maior envolvimento em tarefas práticas ligadas ao(s) filho(s), contrariamente a um paradigma concebido longinquamente, no qual,

os mesmos eram compreendidos como sujeitos ausentes e indiferentes ao estabelecimento de uma relação próxima e de vinculação com o bebé. Tal como é possível conferirmos, os participantes do sexo masculino (pais) que aceitaram colaborar nesta actividade, não apresenta grande desigualdade por comparação com as mães que integram o presente estudo.

Apesar do estudo se enquadrar num método quantitativo, consideramos relevante mencionar uma particularidade qualitativa que ocorreu no momento de recolha de dados, onde existiu um contacto direto com as figuras parentais. Efetivamente, constatámos que as mães demonstraram uma postura intimatória para com os cônjuges, alegando para estes ficarem despertos sobre o que mencionavam acerca delas. Embora não tenha sido possível presenciar as atitudes da maioria dos participantes, os resultados parecem conferir uma tendência dos pais para representarem a mãe do(s) seu(s) filho(s) de uma forma socialmente mais desejável, enquanto estas últimas esboçam um comportamento coparental mais aversivo.

A presente investigação evidencia algumas limitações, as quais passamos a enunciar em seguida. No âmbito da recolha de dados, defrontámo-nos com a condicionante de não ser possível monitorizar o preenchimento dos instrumentos, acarretando possíveis efeitos nefastos à validade do nosso estudo, tais como: questões serem mal interpretadas, sob penalização de serem pontuadas conforme a perceção real do sujeito; não foi possível certificar que o questionário destinado ao progenitor foi corretamente preenchido por este, ou, eventualmente, adulterados por um dos elementos do casal (e.g., ser a mãe a preencher ambos os questionários), no sentido de transparecer uma atitude cooperante. O facto de selecionarmos uma amostra de conveniência, despoleta o inconveniente de não podermos generalizar os nossos resultados com rigor estatístico a outras populações, além de que, constatámos também uma assimetria dos grupos escolhidos para a amostra (mães e pais). Num último momento, saliente-se que o constructo da coparentalidade não foi avaliado na íntegra derivado aos baixos valores de consistência interna encontrados na subescala “Triangulação”, referentes ao grupo dos pais. Logo, o processo de tomada de decisão recaiu numa avaliação parcial deste domínio, de modo a não incorrer em falsas conclusões, dado que, a consistência apresentava uma fraca plausibilidade.

Por fim, no que se refere à proposta para estudos futuros, sugere-se que a presente investigação seja replicada através de um estudo longitudinal. O objetivo principal seria analisar os efeitos, a curto e longo prazo, do suporte/conflito coparental e dos níveis de *stress* parental no comportamento das crianças, bem como, nos seus traços de personalidade (e.g., agressividade, depressão, inibição social). Além disso, seria igualmente relevante



desenvolver um estudo no âmbito da intervenção psicológica, onde fosse promovida a aliança coparental, e, em simultâneo, o alívio da tensão emocional face à parentalidade. A intencionalidade desta proposta, centra-se na influência do contexto terapêutico para o bem-estar pessoal e familiar, mas também, o desenvolvimento harmonioso das crianças. Finalmente, sugerimos que futuras investigações contemplem ainda métodos qualitativos (recurso a entrevistas), onde seria importante explorar a influência da narrativa pessoal de cada sujeito no domínio da coparentalidade, assim como, na experiência do *stress* parental.

## Referências Bibliográficas

- Abidin, R. R. (1990). *Parenting stress index short form— test manual*. Pediatric Psychology Press, Charlottesville. Disponível em: <https://edge.edx.org/assets/courseware/v1/50118bb4c48f62c9f2f38a9ef276adf3/asset-v1:GeorgetownX+CCHD+2016+type@asset+block/PSI.pdf>
- Abidin, R. R. (1995). *Parenting Stress Index - Manual* (3rd ed.). Odessa: Psychological Assessment Resources.
- Abidin, R., Santos, S. (2003, 2014). *Índice de Stress Parental (PSI) – Manual*. Lisboa, CEGOC-TEA.
- Bayle, F. (2005). A Parentalidade. In I. Leal, *Psicologia da Gravidez e da Parentalidade* (pp. 317-346). Lisboa: Fim de Século.
- Bayle, F., Martinet, S. (2008). *Perturbações da Parentalidade* (1ª Edição). Lisboa: Climepsi Editores.
- Berry, J., Jones, W. (1995). The parental stress scale: Initial psychometric evidence. *Journal of Social and Personal Relationships*, 12, 463–472.
- Biswas, S., Moghaaddam, N., Tickle, A. (2015). What are the factors that influence parental stress when caring for a child with an intellectual disability? A critical literature review. *International Journal of Developmental Disabilities*, 61 (3), 127-146.
- Bögels, S., Hellemans, J., Deursen, S., Römer, M., Meulen, R. (2013). Mindful Parenting in Mental Health Care: Effects on Parental and Child Psychopathology, Parental Stress, Parenting, Coparenting, and Marital Functioning. *Mindfulness*, 5 (5), 536-552.
- Cabrera, N., Shannon, J., Taillade, J. (2009). Predictors of coparenting in mexican/american families and links to parenting and child social emotional development. *Infant Mental Health Journal*, 30 (5), 523-548.
- Christopher, C., Umemura, T., Mann, T., Jacobvitz, D., Hazen, N. (2015). Marital Quality over the Transition to Parenthood as a Predictor of Coparenting. *Journal of Child and Family Studies*, 24, 3636-3651.
- Conger, R., Ge, X., Elder, G., Lorenz, F., Simons, R. (1994). Economic Stress, Coercive Family Process, and Developmental Problems of Adolescents. *Child Development*, 65 (2), 541–561.

- Cooper, C., Osborne, C., Beck, A., McLanahan, S. (2011). Partnership Instability, School Readiness, and Gender Disparities. *Sociology Education*, 84 (3), 246-259.
- Cooper, C., Beck, A., Högnäs, R., Swanson, J. (2015). Mothers' Partnership Instability and Coparenting Among Fragile Families. *Social Science Quarterly*, 96 (4), 1103-1116.
- Darwiche, J., Fivaz-Depeursinge, E., Corboz-Warnery, A. (2016). Prenatal Intuitive Coparenting Behaviors. *Frontiers in Psychology*, 7 (1662), 1-6.
- Deater-Deckard, K. (1998). Parenting Stress and Child Adjustment: Some Old Hypotheses and New Questions. *Clinical Psychology: Science and Practice*, 5, 314-332.
- Delvecchio, E., Sciandra, A., Finos, L., Mazzeschi, C., Riso, D. (2015). The role of coparenting alliance as a mediator between trait anxiety, family system maladjustment, and parenting stress in a sample of non-clinical Italian parents. *Frontiers in Psychology*, 6 (1177), 1-8.
- Durtschi, J., Soloski, K., Kimmes, J. (2016). The Dyadic Effects of Supportive Coparenting and Parental Stress on Relationship Quality Across The Transition to Parenthood. *Journal of Marital and Family Therapy*, 43 (2), 308-321.
- Favez, N., Tissot, H., Frascarolo, F., Stiefel, F., Despland, J. (2016). Sense of Competence and Beliefs About Parental Roles in Mothers and Fathers as Predictors of Coparenting and Child Engagement in Mother–Father–Infant Triadic Interactions. *Infant and Child Development*, 25, 283-301.
- Feinberg, M. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: a framework for research and intervention. *Parenting, Science and Practice*, 3 (2), 95-131.
- Feiberg, M., Jones, D., Hostetler, M., Roettger, M., Paul, I., Ehrenthal, D. (2016). Couple-Focused Prevention at the Transition to Parenthood, a Randomized Trial: Effects on Coparenting, Parenting, Family Violence, and Parent and Child Adjustment. *Prevention Science*, 17 (6), 751-764.
- Figueiredo, B., Conde, A. (2015). First- and second-time parents' couple relationship: from pregnancy to second year postpartum. *Family Science*, 6 (1), 346-355.
- Figueiredo, B., Canário, C., Tendais, I., Pinto, T., Kenny, D., Field, T. (2018). Couples' relationship affects mothers' and fathers' anxiety and depression trajectories over the transition to parenthood. *Journal of Affective Disorders*, 238, 204-212.

- Fonseca, A., Nazaré, B., Canavarro, M. (2018). Mothers' and fathers' attachment and caregiving representations during transition to parenthood: an actor-partner approach. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 36 (3), 246-260.
- Fundação Francisco Manuel dos Santos (2018). Pordata: Base de Dados Portugal Contemporâneo. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Europa/Idade+média+da+mãe+ao+nascimento+do+primeiro+filho-3468>
- Gomez, R., Leal, I. (2009). Stress parental no período pós-parto: Adaptação do *Parental Stress Inventory* para a população portuguesa. *Psychologica*, 50, 361-372.
- Gordo, L., Oliver-Roig, A., Martínez-Pampliega, A., Elejalde, L., Fernández-Alcantara, M., Richart-Martínez, M. (2018). Parental perception of child vulnerability and parental competence: The role of postnatal depression and parental stress in fathers and mothers. *PLoS ONE*, 13 (8), 1-13.
- Guo, N., Bindt, C., Te Bonle, M., Appiah-Poku, J., Tomori, C., Hinz R., ..., International CDS Study Group (2014). Mental health related determinants of parenting stress among urban mothers of young children—results from a birth-cohort study in Ghana and Cote d'Ivoire. *BMC Psychiatry*, 14 (156), 1-12.
- Hayes, S., Watson, S. (2013). The Impact of Parenting Stress: A Meta-analysis of Studies Comparing the Experience of Parenting Stress in Parents of Children With and Without Autism Spectrum Disorder. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 43 (3), 629-642.
- Hildingsson, I., Thomas, J. (2014). Parental stress in mothers and fathers one year after birth. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 32 (1), 41-56.
- Hsiao, Y., Higgins, K., Pierce, T., Whitby, P.J.S., Tandy, R.D. (2017). Parental stress, family quality of life, and family-teacher partnerships: Families of children with autism spectrum disorder. *Research in Developmental Disabilities*, 70, 152-162.
- Instituto Nacional de Estatística (2011). *Classificação Portuguesa das Profissões (Versão 2010)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, IP.
- Johansson, M., Svensson, I., Stenström, U., Massoudi, P. (2017). Depressive symptoms and parental stress in mothers and fathers 25 month after birth. *Journal of Child Health Care*, 21 (1), 65-73.

- Katzmann, J., Döpfner, M., Görtz-Dorten, A. (2018). Child-based treatment of oppositional defiant disorder: mediating effects on parental depression, anxiety and stress. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 27 (9), 1181-1192.
- Kawafha, M. (2018). Parental stress in the neonate intensive care unit and its association with parental and infant characteristics. *Journal of Neonatal Nursing*, 24 (5), 266-272.
- Każmierczak, M., Kiełbratowska, B., Karasiewicz, K. (2015). The other side of the mirror – the role of partner’s empathy in transition to parenthood. *Health Psychology Report*, 3 (2), 150–157.
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., Figueiredo, B. (2010). Modelos Teóricos das Relações Coparentais: Revisão Crítica. *Psicologia em Estudo*, 15 (1), 205-216.
- Lamela, D., Figueiredo, B., Bastos, A., Feinberg, M. (2015). Typologies of Post-divorce Coparenting and Parental Well-Being, Parenting Quality and Children’s Psychological Adjustment. *Child Psychiatry and Human Development*, 47 (5), 716-728.
- Lamela, D., Figueiredo, B. (2016). Coparenting after marital dissolution and children’s mental health: a systematic review. *Jornal de Pediatria*, 92 (4), 331-342.
- Latham, A., Mark, K., Oliver, B. (2016). A harsh parenting team? Maternal reports of coparenting and coercive parenting interact in association with children’s disruptive behavior. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 58 (5), 603-611.
- Laxman, D., Jessee, A., Mangelsdorf, S., Rossmiller-Giesing, W., Brown, G., Schoppe-Sullivan, S. (2013). Stability and antecedents of coparenting quality: The role of parent personality and child temperament. *Infant Behavior and Development*, 36 (2), 210-222.
- Leal, I. (2005). *Psicologia da Gravidez e da Parentalidade*. Lisboa: Fim de Século.
- Liu, X., Daire, A., Griffith, S., O’Hare, V., Keller-Margulis, M., Tucker, K. (2017). Validity and diagnostic accuracy of a measure of parental stress in parents with typically developing children. *Journal of Child Custody*, 14 (2-3), 175-190.
- Luís, M. (2016). *Stress Parental e suas implicações na dinâmica familiar: estudo em mães e pais às 6 semanas após o parto*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, Coimbra.

- Margolin, G., Gordis, E., John, R. (2001). Coparenting: a link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal Of Family Psychology, 15* (1), 3-21.
- Marques, C. (2013). *Coparentalidade e Estilos Parentais Educativos em Contexto Rural e Urbano*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Portugal.
- Martin, A., Ryan, R., Riina, E., Brooks-Gunn, J. (2015). Coresidential Father Transitions and Biological Parents' Coparenting Quality in Early and Middle Childhood. *Journal of Family Issues, 38* (5), 677-699.
- Martins, C. (2011). *Manual de Análise de Dados Quantitativos com Recurso ao IBM SPSS: Saber Decidir, Fazer, Interpretar e Redigir* (1ª Edição). Braga: Psiquilibrios Edições.
- May, C., Fletcher, R., Dempsey, I., Newman, L. (2015). Modeling Relations among Coparenting Quality, Autism-Specific Parenting Self-Efficacy, and Parenting Stress in Mothers and Fathers of Children with ASD. *Parenting: Science and Practice, 15*, 119-133.
- McDaniel, B., Teti, D., Feinberg, M. (2017). Assessing Coparenting Relationships in Daily Life: The Daily Coparenting Scale (D-Cop). *Journal of Child and Family Studies, 26* (2), 2396-2411.
- McHale, J. (1995). Coparenting and triadic interactions during infancy: The roles of marital distress and child gender. *Developmental Psychology, 31*, 985-996.
- McHale, J., Lauretti, A., Kuersten-Hogan, R., Rasmussen, J. (2000). Parental Reports of Coparenting and Observed Coparenting Behavior During the Toddler Period. *Journal of Family Psychology, 14* (2), 220-236.
- Mesquita, M. (2013). *Parentalidade – um Contexto de Mudanças*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Mixão, M. L., Leal, I., Maroco, J. (2007) – Escala de Stress Parental. In Leal, I., Maroco, J., (2010). *Avaliação em Sexualidade e Parentalidade* (pp. 187-206). Porto: LivPsic.
- Moreira, M. (2012). *Stress e Suporte Social em Pais de Crianças com Perturbação de Hiperactividade com Défice de Atenção*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto.

- Müller, C. (2014). *Perturbações do espectro do autismo na criança: percepção materna do stress parental e do impacto do problema na família*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Padilla, J., Lara, B., Álvarez-Dardet, S. (2010). Estrés y competencia parental: un estudio con madres y padres trabajadores. *Suma Psicológica*, 17 (1), 47-57.
- Pedro, M., Ribeiro, M. (2015). Adaptação Portuguesa do Questionário de Coparentalidade: Análise Fatorial Confirmatória e Estudos de Validade e Fiabilidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28 (1), 116-125.
- Pinto, T., Figueiredo, B., Pinheiro, L., Canário, C. (2016). Fathers' parenting self-efficacy during the transition to parenthood. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 34, 343-355.
- Reader, J., Teti, D., Cleveland, M. (2017). Cognitions about infant sleep: interparental differences, trajectories across the first year, and coparenting quality. *Journal of Family Psychology*, 31 (4), 453-463.
- Richardson, E., Futris, T., Mallette, J., Campbell, A. (2018). Foster mothers' parenting stress and coparenting quality: An examination of the moderating role of support. *Children and Youth Services Review*, 89, 77-82.
- Saisto, T., Salmela-Aro, K., Nurmi, J., Halmesmaki, E. (2008). Longitudinal study on the predictors of parental stress in mothers and fathers of toddlers. *Journal of Psychosomatic Obstetrics & Gynecology*, 29 (3), 219-228.
- Santos, S. V. (2002). Características do stress parental em mães de crianças com Síndrome Nefrótico. *Análise Psicológica*, 20 (2), 233-241.
- Santos, V. (2008). *Stress parental e práticas parentais em mães de crianças com perturbação de hiperactividade com défice de atenção*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Santos, S. V. (2011). *Versão Portuguesa do Parenting Stress Index (PSI) – Forma Reduzida: Estudo com uma amostra de mães de crianças com idade inferior a 5 anos*. VIII Congresso Iberoamericano de Avaliação/Evaluación Psicológica e XV Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos, Lisboa.
- Schiltz, H., McVey, A., Magnus, B., Dolan, B., Willar, K., Pleiss, S., Karst, J., Carson, A., Caiozzo, C., Vogt, E., Van Hecke, A. (2018). Examining the Links Between

- Challenging Behaviors in Youth with ASD and Parental Stress, Mental Health, and Involvement: Applying an Adaptation of the Family Stress Model to Families of Youth with ASD. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 48, 1169-1180.
- Schoppe-Sullivan, S., Frosch, C., Mangelsdorf, S., McHale, J. (2004). Associations Between Coparenting and Marital Behavior From Infancy to the Preschool Years. *Journal of Family Psychology*, 18 (1), 194-207.
- Schoppe-Sullivan, S., Altenburger, L., Settle, T., Kamp Dush, C., Sullivan, J., Bower, D. (2014). Expectant fathers' intuitive parenting: associations with parent characteristics and postpartum positive engagement. *Infant Mental Health Journal*, 35 (5), 409-421.
- Shai, D., Dollberg, D., Szepeswol, O. (2017). The importance of parental verbal and embodied mentalizing in shaping parental experiences of stress and coparenting. *Infant Behavior and Development*, 49, 87-96.
- Silva, A. (2012). Fatores Preditivos do Stress Parental. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.
- Teubert, D., Pinquart, M. (2010). The Association Between Coparenting and Child Adjustment: A Meta-Analysis. *Parenting: Science and Practice*, 10 (4), 286-307.
- Thullen, M., Bonsall, A. (2017). Co-Parenting Quality, Parenting Stress, and Feeding Challenges in Families with a Child Diagnosed with Autism Spectrum Disorder. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 47 (3), 878-886.
- Tissot, H., Favez, N., Frascarolo, F., Despland, J. (2016). Coparenting Behaviors as Mediators between Postpartum Parental Depressive Symptoms and Toddler's Symptoms. *Frontiers in Psychology*, 7 (1912).
- Van Egeren, L., Hawkins, D. (2004). Coming to terms with Coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development*, 11, 165-178.
- Vásquez, N., Ramos, P., Molina, M., Artazcoz, L. (2016). Efecto de una intervención de promoción de la parentalidad positiva sobre el estrés parental. *AQUICHAN*, 16 (2), 137-147.
- Verças, A. (2012). *A Coparentalidade e o Apoio Social, em Situação de Rutura Conjugal e o Ajustamento dos Filhos: Estudo com Famílias Multidesafiadas, com filhos em Idade Pré-Escolar*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal.



- Widarsson, M., Engström, G., Rosenblad, A., Kerstis, B., Edlund, B., Lundberg, P. (2013). Parental stress in early parenthood among mothers and fathers in Sweden. *Scandinavian Journal of Caring Sciences*, 27, 839-847.
- Widarsson, M., Engström, G., Berglund, A., Tydén, T., Lundberg, P. (2014). Parental stress and dyadic consensus in early parenthood among mothers and fathers in Sweden. *Scandinavian Journal of Caring Sciences*, 28 (4), 689-699.
- Wong, R., Yu, E., Guo, V., Wan, E., Chin, W., Wong, C., Fung, C., Tung, K., Wong, W., Ip, P., Tiwari, A., Lam, C. (2018). A prospective cohort study to investigate parental stress and child health in low-income Chinese families: protocol paper. *BMJ Open*, 1-10.
- Yárnoz-Yaben, S. (2010). Cuestionario de Apoyo Recibido de la Ex pareja(care): Un instrumento breve para evaluar la co-parentalidad post divorcio. *Revista de Psicopatología y Psicología Clínica*, 15 (2), 133-142.
- Zemp, M., Milek, A., Cummings, E., Bodenmann, G. (2017). Longitudinal Interrelations between Dyadic Coping and Coparenting Conflict in Couples. *Journal of Child and Family Studies*, 26 (8), 2276-2290.

## **Anexos**

**Anexo A** - Pedido de Autorização para aplicação de questionários em Creches e Jardins de Infância

**Ex<sup>o</sup>/a Diretor(a) do**  
**Colégio/Jardim de Infância.....**

Venho por este meio solicitar a Vossa colaboração na realização do estudo “A Relação entre Coparentalidade e *Stress* Parental”, a ser efetuado por Ana Isabel Mendes Canelas. A presente investigação insere-se no âmbito da minha dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, da Universidade de Évora, sob orientação científica da Professora Doutora Constança Biscaia.

Este estudo tem como principal objetivo analisar a relação entre a Coparentalidade (avaliando aspetos como o suporte ou conflito sentidos no desempenho das funções parentais) e o *Stress* Parental experimentado no exercício do papel enquanto pais/mães.

Para esse efeito, pretende-se uma amostra em que sejam incluídos pais e mães de bebés/crianças com idades compreendidas entre o 1 mês e os 3 anos de idade, sendo igualmente anexo, o consentimento informado para que os pais autorizem participar no estudo.

Neste sentido, solicita-se a Vossa autorização na aplicação dos questionários, que envolvem dados Sociodemográficos, o Questionário da Coparentalidade e o Índice de *Stress* Parental. Mais se informa que, é assegurada a total garantia de anonimato a todos os pais que se disponibilizem a colaborar na referida investigação.

Grata pela Vossa atenção,

**A Aluna da Universidade de Évora**

---

**A Direção da Instituição**

---

## **Anexo B** - Consentimento Informado – Mães e Pais

### **Termo de Consentimento Informado**

O meu nome é Ana Isabel Mendes Canelas. O presente estudo refere-se ao meu trabalho de dissertação, inserido no âmbito do plano curricular do Mestrado em Psicologia Especialização em Psicologia Clínica), da Universidade de Évora. A investigação, intitulada como “A Relação entre Coparentalidade e *Stress* Parental”, tem sob orientação científica a Professora Doutora Constança Biscaia.

Os objetivos desta pesquisa, prendem-se com a avaliação das representações de pais de bebés recém-nascidos/crianças (1 mês – 3 anos) sobre a envolvimento conjunta do casal, no desempenho das funções como cuidadores dos filhos. Além disso, serão igualmente avaliadas as reações que experimenta no exercício das práticas parentais, nomeadamente, manifestações como o *stress* parental.

Neste sentido, **o único pré-requisito** para integrar o estudo é ser pai/mãe de um recém-nascido/criança com idades compreendidas entre o **1 mês** e os **3 anos**.

Importa também informar que a sua participação neste estudo é totalmente voluntária, sendo que pode interrompê-la ou desistir, se assim o entender. De realçar ainda que, apenas será validada a sua participação, caso responda a todas as questões que lhe forem solicitadas.

Mais se acrescenta que, as suas respostas serão unicamente utilizadas para esta investigação, mantendo-se a total confidencialidade das mesmas, assim como o seu anonimato ou qualquer outro elemento identificativo.

Assim, ao assinar/rubricar na linha abaixo, certifica que pretende participar nesta investigação.

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Muito obrigada pela sua disponibilidade e colaboração neste estudo!**

## Questionário Sociodemográfico

As seguintes questões pretendem descrevê-lo(a) a si próprio(a), assim como a sua experiência enquanto pai/mãe. Por favor, preencha cada um dos dados correspondentes à situação em que se encontra.

### **I- Dados Sociodemográficos**

1.1. Questionário preenchido por: Mãe  Pai

1.2. Idade: \_\_\_\_\_ 1.3. Área de Residência: \_\_\_\_\_

#### **1.4. Estado Civil**

Solteiro(a)

Divorciado(a)

Casado(a)/União de Facto

Outro  Qual? \_\_\_\_\_

1.5. Há quanto tempo apresenta este estado civil? \_\_\_\_\_

1.6. Nível de Escolaridade: \_\_\_\_\_

#### **1.7. Situação Profissional**

Empregado(a)

Desempregado(a)

Outro(s)  Qual? \_\_\_\_\_

1.8. Caso esteja empregado(a), indique a sua atividade profissional:

\_\_\_\_\_

### **II- Situação Filial**

2.1. Número de Filhos: \_\_\_\_\_

2.2. Indique a idade e sexo do(s) seu(s) filho(s)

1º Filho: Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_

2º Filho: Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_

3º Filho: Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_

4º Filho: Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_

5º Filho: Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_

**2.3. Relativamente ao Recém-Nascido/Criança (1 mês – 3 anos), especifique:**

*O meu filho(a) tem \_\_\_\_\_ meses*

Obrigada pela sua colaboração!

## Questionário da Coparentalidade (QC)

(Pedro e Ribeiro, 2013)

### Versão Feminina

De acordo com a seguinte escala (1- **Nunca** a 5- **Sempre**), pense com que frequência o pai do(s) seu(s) filho(s) atua deste modo **consigo**. Assinale com um círculo a sua resposta.

O pai...	Nunca	Raramente	Às Vezes	Normalmente	Sempre
1. ... conta-me muitas coisas acerca do(s) nosso(s) filho(s).	1	2	3	4	5
2. ... põe-me a par de tudo o que acontece durante o dia-a-dia do(s) nosso(s) filho(s).	1	2	3	4	5
3. ... fala muito bem de mim ao(s) nosso(s) filho(s).	1	2	3	4	5
4. ... pergunta a minha opinião sobre assuntos relacionados com o ser pai/ser mãe.	1	2	3	4	5
5. ... participa na resolução dos problemas disciplinares relacionados com o(s) nosso(s) filho(s).	1	2	3	4	5
6. ... diz coisas cruéis acerca de mim, ou que me magoam, em frente do(s) nosso(s) filho(s).	1	2	3	4	5
7. ... usa o(s) nosso(s) filho(s) contra mim.	1	2	3	4	5
8. ... quando discutimos, tenta manipular o(s) nosso(s) filho(s) para que este(s) tome(m) o partido de um de nós.	1	2	3	4	5
9. ... envia-me mensagens pelo(s) nosso(s) filho(s), em vez de falar diretamente comigo.	1	2	3	4	5

10. ... e eu temos regras diferentes no que diz respeito à alimentação, rotinas diárias, hora de deitar ou trabalhos de casa do(s) nosso(s) filho(s).	1	2	3	4	5
11. ... e eu temos níveis diferentes de exigência relativamente ao comportamento do(s) nosso(s) filho(s).	1	2	3	4	5
12. ... discute comigo por causa do(s) nosso(s) filho(s).	1	2	3	4	5
13. ... concorda com as minhas decisões relativas à disciplina do(s) nosso(s) filho(s).	1	2	3	4	5
14. ... enfraquece, pouco a pouco, a minha posição de mãe.	1	2	3	4	5

## Questionário da Coparentalidade (QC)

(Pedro e Ribeiro, 2013)

### Versão Masculina

De acordo com a seguinte escala (1- **Nunca** a 5- **Sempre**), pense com que frequência a mãe do(s) seu(s) filho(s) atua deste modo **consigo**. Assinale com um círculo a sua resposta.

A mãe...	Nunca	Raramente	Às Vezes	Normalmente	Sempre
3. ... conta-me muitas coisas acerca do(s) nosso(s) filho(s).	1	2	3	4	5
4. ... põe-me a par de tudo o que acontece durante o dia-a-dia do(s) nosso(s) filho(s).	1	2	3	4	5
3. ... fala muito bem de mim ao(s) nosso(s) filho(s).	1	2	3	4	5
4. ... pergunta a minha opinião sobre assuntos relacionados com o ser pai/ser mãe.	1	2	3	4	5
5. ... participa na resolução dos problemas disciplinares relacionados com o(s) nosso(s) filho(s).	1	2	3	4	5
6. ... diz coisas cruéis acerca de mim, ou que me magoam, em frente do(s) nosso(s) filho(s).	1	2	3	4	5
7. ... usa o(s) nosso(s) filho(s) contra mim.	1	2	3	4	5
8. ... quando discutimos, tenta manipular o(s) nosso(s) filho(s) para que este(s) tome(m) o partido de um de nós.	1	2	3	4	5
9. ... envia-me mensagens pelo(s) nosso(s) filho(s), em vez de falar diretamente comigo.	1	2	3	4	5



10. ... e eu temos regras diferentes no que diz respeito à alimentação, rotinas diárias, hora de deitar ou trabalhos de casa do(s) nosso(s) filho(s).	1	2	3	4	5
11. ... e eu temos níveis diferentes de exigência relativamente ao comportamento do(s) nosso(s) filho(s).	1	2	3	4	5
12. ... discute comigo por causa do(s) nosso(s) filho(s).	1	2	3	4	5
13. ... concorda com as minhas decisões relativas à disciplina do(s) nosso(s) filho(s).	1	2	3	4	5
14. ... enfraquece, pouco a pouco, a minha posição de pai.	1	2	3	4	5

**ÍNDICE DE STRESS PARENTAL – VR**  
(PARENTING STRESS INDEX) - SF

(R. Abidin, 1995; Versão Portuguesa – S. V. Santos, 2008, 2011)

**Instruções:**

Este questionário contém 36 afirmações. Leia cada uma delas cuidadosamente.

Para cada afirmação, centre-se, por favor, no filho ou filha ..... e faça um círculo a rodear a resposta que melhor exprime a sua opinião, utilizando o seguinte procedimento:

Faça um círculo em **CC se concorda completamente** com a afirmação

Faça um círculo em **C se concorda** com a afirmação

Faça um círculo em **NTC se não tem a certeza**

Faça um círculo em **D se discorda** da afirmação

Faça um círculo em **DC se discorda completamente** da afirmação

Por exemplo, se gosta de ir ao cinema às vezes, deverá fazer um círculo em redor de C, como resposta à seguinte afirmação:

Gosto de ir ao cinema                      CC  NTC    D    DC

Se não conseguir encontrar uma resposta que expresse exactamente o que sente, assinale, por favor, aquela que mais se aproxima daquilo que sente. **NÃO PENSE MUITO, RESPONDA A PRIMEIRA COISA QUE LHE OCORRER.**

Assinale apenas uma resposta para cada afirmação e responda a todas as questões. Se quiser alterar uma resposta faça um “X” sobre a resposta incorrecta e assinale com um círculo a resposta correcta. Por exemplo:

Gosto de ir ao cinema                      CC  NTC  DC

<b>CC= Concordo Completamente</b>	<b>C= Concordo</b>	<b>NTC= Não Tenho a Certeza</b>			
<b>D= Discordo</b>	<b>DC= Discordo Completamente</b>				

1	Muitas vezes sinto que me desenvolvo mal das coisas que vão acontecendo.	CC	C	NTC	D	DC
2	Para poder responder às necessidades dos meus filhos acabo por privar-me de ter a minha própria vida.	CC	C	NTC	D	DC
3	Sinto-me limitada/o por causa das minhas responsabilidades como mãe/pai.	CC	C	NTC	D	DC
4	Desde que esta criança nasceu nunca mais consegui fazer coisas novas e diferentes.	CC	C	NTC	D	DC
5	Desde que esta criança nasceu sinto que não posso fazer as coisas de que gosto.	CC	C	NTC	D	DC
6	Acontece-me ir comprar roupa para mim e ficar descontente.	CC	C	NTC	D	DC
7	Há bastantes coisas na minha vida que me aborrecem.	CC	C	NTC	D	DC
8	Ter filhos tem causado mais problemas, do que eu esperava, no relacionamento com o meu marido/mulher.	CC	C	NTC	D	DC
9	Sinto-me sozinha/o e sem amigos.	CC	C	NTC	D	DC
10	Geralmente quando vou a uma festa não espero divertir-me.	CC	C	NTC	D	DC
11	Antes interessava-me mais o convívio com os outros do que agora.	CC	C	NTC	D	DC
12	Não aprecio as coisas como dantes.	CC	C	NTC	D	DC
13	Ele/a raramente me faz coisas que me deixem contente.	CC	C	NTC	D	DC
14	Por vezes sinto que ele/a não gosta de mim e que não gosta de estar comigo.	CC	C	NTC	D	DC
15	Ri-se para mim menos do que eu esperava.	CC	C	NTC	D	DC
16	Quando trato das coisas para ele/a tenho a sensação de que o meu esforço não é muito apreciado.	CC	C	NTC	D	DC

<b>CC= Concordo Completamente</b>	<b>C= Concordo</b>	<b>NTC= Não Tenho a Certeza</b>
<b>D= Discordo</b>	<b>DC= Discordo Completamente</b>	

17	Quando brinca raramente ri ou dá risadinhas.	CC	C	NTC	D	DC
18	Parece ter mais dificuldade em aprender do que a maior parte das crianças.	CC	C	NTC	D	DC
19	Parece ser menos sorridente do que a maior parte das crianças.	CC	C	NTC	D	DC
20	Não faz tantas coisas quanto eu esperava.	CC	C	NTC	D	DC
21	É difícil habituar-se a coisas ou a situações novas e leva muito tempo a consegui-lo.	CC	C	NTC	D	DC
22	<p><b>Para a afirmação 22, escolha uma resposta entre as possibilidades de resposta 1 a 5 abaixo indicadas.</b></p> <p>Sinto que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não sou lá muito boa mãe/pai <span style="float: right;">1</span></li> <li>• Sou uma pessoa que tem alguma dificuldade em ser mãe/pai <span style="float: right;">2</span></li> <li>• Sou uma mãe/pai igual aos outros <span style="float: right;">3</span></li> <li>• Sou uma mãe/pai melhor do que a maioria <span style="float: right;">4</span></li> <li>• Sou uma óptima mãe/pai <span style="float: right;">5</span></li> </ul>					
23	Esperava ter mais afecto por ele/a do que realmente tenho e isso aborrece-me.	CC	C	NTC	D	DC
24	Às vezes faz coisas que me aborrecem, só por maldade.	CC	C	NTC	D	DC
25	Parece chorar ou agitar-se mais do que a maior parte das crianças.	CC	C	NTC	D	DC
26	Geralmente acorda de mau-humor.	CC	C	NTC	D	DC
27	Está muitas vezes mal disposto/a e perturba-se com facilidade.	CC	C	NTC	D	DC
28	Faz coisas que me aborrecem muito.	CC	C	NTC	D	DC
29	Reage intensamente quando acontece alguma coisa que lhe desagrada.	CC	C	NTC	D	DC

<b>CC= Concordo Completamente</b>	<b>C= Concordo</b>	<b>NTC= Não Tenho a Certeza</b>
<b>D= Discordo</b>	<b>DC= Discordo Completamente</b>	

30	Perturba-se com a mais pequena coisa.	CC	C	NTC	D	DC
31	Estabelecer horários regulares para comer e para dormir foi muito mais difícil do que eu esperava.	CC	C	NTC	D	DC
32	<p><b>Para a afirmação 32, escolha uma resposta entre as possibilidades de resposta 1 a 5 abaixo indicadas.</b></p> <p>Levá-lo/a a fazer alguma coisa ou a interromper qualquer coisa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• É muito mais difícil do que eu esperava <span style="float: right;">1</span></li> <li>• É um pouco mais difícil do que eu esperava <span style="float: right;">2</span></li> <li>• É tão difícil quanto eu esperava <span style="float: right;">3</span></li> <li>• É mais fácil do que eu esperava <span style="float: right;">4</span></li> <li>• É muito mais fácil do que eu esperava <span style="float: right;">5</span></li> </ul>					
33	<p><b>Para a questão 33, escolha uma resposta entre as possibilidades de resposta 1 a 5 abaixo indicadas.</b></p> <p>Pense cuidadosamente e conte o número de coisas que ele/a faz e que a/o aborrecem (por exemplo: fazer ronha; não ouvir o que se lhe diz; não parar quieto/a; chorar; interromper; brigar; fazer lamúrias, etc.). Por favor, assinale o número correspondente à contagem que fez.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 10 ou mais <span style="float: right;">1</span></li> <li>• 8-9 <span style="float: right;">2</span></li> <li>• 6-7 <span style="float: right;">3</span></li> <li>• 4-5 <span style="float: right;">4</span></li> <li>• 1-3 <span style="float: right;">5</span></li> </ul>					
34	Faz coisas que eu não suporto.	CC	C	NTC	D	DC
35	Ele/a saiu-me um problema muito mais complicado do que eu esperava.	CC	C	NTC	D	DC

36	Exige mais de mim do que as crianças costumam exigir dos pais.	CC	C	NTC	D	DC
----	--	----	---	-----	---	----

Autor: Richard R. Abidin

Adaptação Portuguesa: Salomé Vieira Santos

Copyright 1983, 1990, 1995. PAR – Psychological Assessment Resources

Copyright 2003, 2014 CEGOC – TEA, para a Adaptação Portuguesa (Versão 5-10 anos)